

**Universidades Lusíada**

Seixas, Miguel B.A. Metelo de, 1967-

**Qual pedra íman : a matéria heráldica na cultura portuguesa do Antigo Regime**

<http://hdl.handle.net/11067/5522>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2010

**Resumo**

Os estudos de heráldica têm, em Portugal, incidido sobretudo sobre aspectos normativos, identificativos e interpretativos do significado dos emblemas considerados de forma abstracta e desligada do seu contexto histórico. O presente estudo apresenta-se como uma reflexão sobre o que foi a cultura heráldica portuguesa na Idade Moderna, baseando-se num primeiro levantamento das obras então produzidas (armoriais, tratados de armaria, vocabulários, bibliografias). Longe da relativa escassez e da desin...

Les études héraldiques au Portugal se sont portées surtout sur les aspects normatifs, d'identification et d'interprétation symbolique des emblèmes, considérés de manière abstraite et hors de leur contexte historique. Le présent article s'annonce comme une réflexion sur ce qu'a été la culture héraldique portugaise pendant l'Époque moderne, ayant comme point de départ le prélèvement des oeuvres produites dans ce domaine (armoriaux, traités de blason, vocabulaires, bibliographies). Loin de la relat...

**Palavras Chave**

Heráldica - Bibliografia - Portugal

**Tipo**

article

**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 07 (2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:37:19Z com informação proveniente do Repositório

**QUAL PEDRA ÍMAN:  
A MATÉRIA HERÁLDICA NA CULTURA PORTUGUESA DO  
ANTIGO REGIME**

Miguel Metelo de Seixas  
Universidade Lusíada de Lisboa  
Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos  
miguelmeteloseixas@gmail.com

## RESUMO

Os estudos de heráldica têm, em Portugal, incidido sobretudo sobre aspectos normativos, identificativos e interpretativos do significado dos emblemas considerados de forma abstracta e desligada do seu contexto histórico. O presente estudo apresenta-se como uma reflexão sobre o que foi a cultura heráldica portuguesa na Idade Moderna, baseando-se num primeiro levantamento das obras então produzidas (armoriais, tratados de armaria, vocabulários, bibliografias). Longe da relativa escassez e da desinteressante uniformidade que lhe são comumente atribuídas, a produção portuguesa de obras heráldicas no Antigo Regime revelou-se profusa e dotada de assinalável dinâmica, a que não foi alheia a emulação entre oficiais de armas e leigos. O saber heráldico assumiu-se como discurso complexo de justificação da ordem política e social, não apenas como forma de representação idealizada da sociedade, mas também de actuação sobre essa mesma sociedade.

**Palavras-chave:** Heráldica / Antigo Regime /  
Representação / Cultura / Sociedade

## RÉSUMÉ

Les études héraldiques au Portugal se sont portées surtout sur les aspects normatifs, d'identification et d'interprétation symbolique des emblèmes, considérés de manière abstraite et hors de leur contexte historique. Le présent article s'annonce comme une réflexion sur ce qu'a été la culture héraldique portugaise pendant l'Époque moderne, ayant comme point de départ le prélèvement des oeuvres produites dans ce domaine (armoriaux, traités de blason, vocabulaires, bibliographies). Loin de la relative pénurie et de la inintéressante uniformité qui lui sont communément attribuées, la production de textes héraldiques sous l'Ancien Régime a révélé une remarquable profusion et une dynamique intense, à laquelle contribua la rivalité entre hérauts et laïcs. Le savoir héraldique forma alors un discours complexe de justification de l'ordre politique et social, aussi bien comme représentation idéaliste de la société, mais aussi en tant que discours actif d'intervention sur cette même société.

**Mots-clés:** Héraldique / Ancien Régime /  
Représentation / Culture / Société

“Esta materia de armas es piedra yman que atrae a todos”  
António Soares de Albergaria

O presente artigo é parte da tese de doutoramento subordinada ao título *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*, constituindo uma reflexão acerca da natureza do saber heráldico tal como foi produzido e difundido na Idade Moderna. É neste âmbito que se deve situar uma realidade bifacetada que, até aos nossos dias, tem sido objecto de escassa atenção por parte dos heraldistas. Por um lado, assistiu-se a uma disseminação da matéria heráldica ao longo da Idade Moderna, que ultrapassou o âmbito dos oficiais de armas, para se estender a uma parte da população letrada mediante o acesso a obras impressas cujo conteúdo incidia total ou parcialmente sobre temas heráldicos, eventualmente ilustradas com gravuras de armas. Por outro lado, verificou-se a construção de um saber técnico, codificado e especializado, que distanciou a heráldica da livre criação medieval e procurou estruturá-la em regras rígidas e, na medida do possível, em sistemas hierarquizados, não só de elementos exteriores, como até mesmo do campo do escudo. A linguagem heráldica manteve-se cristalizada em formas medievais e de influência francesa, que teriam sido normais e perfeitamente compreensíveis na Idade Média, mas que passaram a constituir, a partir de certa altura, um léxico afastado do uso e da compreensão comuns. Tanto mais que a construção da frase heráldica (isto é, o ordenamento das armas) continuou também a obedecer a critérios caídos em desuso. Assim, tanto do ponto de vista lexical como sintáctico, formou-se uma *gramática heráldica*, à qual, em conjunto com as regras de composição e de estilização, se chamou o *brasão*<sup>1</sup>. Formou-se assim uma linguagem que não estava ao alcance de todos.

Num texto intitulado “L’historien et les traités du blason (XIV<sup>e</sup> - XX<sup>e</sup> siècles)”, Michel Pastoureau chamou a atenção para a necessidade de se proceder ao estudo da literatura heráldica produzida ao longo das Idades Moderna e Contemporânea, assinalando o divórcio existente entre a ciência heráldica actual (mesmo a corrente “científica”, que entende a heráldica como um ramo do conhecimento histórico) e este tipo de literatura. O autor apontava com estranheza o facto de não existir estudo geral algum dedicado aos tratados de brasão, apesar de estes serem livros de origem remota (final do século XIII ou princípio do XIV) e de existência contínua e prolixa. Indagando os motivos deste desprendimento dos investigadores em relação aos tratados e manuais de brasão, Pastoureau advogava que a heráldica científica tem dado sempre preferência, com certa razão, aos selos, aos armoriais, aos documentos arqueológicos, todos eles fontes mais fundamentadas no uso real das armas. A heráldica erudita acabou, portanto,

<sup>1</sup>Sobre a formação e difusão da linguagem heráldica, a obra de referência é de BRAULT, Gerard J., *Early blazon. Heraldic terminology in the twelfth and thirteenth centuries with special reference to arthurian heraldry*, Woodbridge: The Boydell Press, 1997 (1.<sup>a</sup> edição de 1972); que deve ser hoje completada com o amplo léxico crítico fixado por BOUDREAU, Claire, *L’Héritage symbolique des hérauts d’armes. Dictionnaire encyclopédique de l’enseignement du blason ancien (XIV<sup>e</sup> - XV<sup>e</sup> siècles)* (préface de Michel Pastoureau), Paris: Le Léopard d’Or, 2006, 3 vols.

por se desviar de um género de literatura que abandonou às mãos dos bibliófilos, dos colecionadores, dos “amadores” e dos curiosos. Daí resultou um divórcio assinalável entre a heráldica tal como a conhecem estes “diletantes” e tal como a praticam os investigadores, os arqueólogos, os historiadores: a primeira pauta-se por critérios teóricos, normativos, encerrando-se dentro de regras, de listas, de exemplos didácticos que procuram levar o sistema do brasão até à exaustão; a segunda, pelo contrário, é maleável, livre, viva, transgredindo amiúde as suas próprias regras e os hábitos consumados. Concluía pois Pastoureau que, em qualquer época ou região consideradas, a heráldica tal como é ensinada difere sempre da heráldica tal como é efectivamente usada<sup>2</sup>.

O divórcio existente entre estudiosos de heráldica e tratados do brasão é tanto maior quanto tais obras são comumente alvo de especulação bibliófila, o que faz com que elas sejam “amiúde citadas, por vezes abertas, raramente lidas”<sup>3</sup>... Na tentativa de ajudar a resolver esta situação, Pastoureau propôs diversos enfoques para a problematização do estudo dos tratados e manuais de heráldica<sup>4</sup>. Em primeiro lugar, surgem os problemas referentes à publicação: é necessário estabelecer as datas de redacção, de edição; consultar os catálogos das bibliotecas, mas também os de vendas de livrarias, especialmente as que pertenceram a eruditos do Antigo Regime. Tanto mais que os tratados de armaria avultam pelo seu elevado número, o que em si mesmo constitui um dado histórico passível de interpretação. O século XVIII afirma-se como o grande período da edição heráldica em França e em Itália, caracterizada por pequenas edições mas elevado número de reedições. Interessa saber, em seguida, quem são os editores. Para a França (como para os Países Baixos e talvez a Inglaterra), a edição heráldica parece caminhar a passo com a de livros de emblemas, de atlas, de obras de geografia e de cartografia. Por fim, põe-se a indagação de como seria o financiamento destas edições.

Um segundo tipo de vectores de investigação prende-se com o que o autor chama a “arqueologia do livro”, ou seja, o conjunto de informações decorrentes do estudo físico dos livros. Em geral, os livros de heráldica são de pequeno formato, relativamente espessos, tipograficamente pouco luxuosos. Mas conservam-se em geral num excelente estado, o que leva naturalmente à questão de saber se seriam livros que era “obrigatório” ter numa biblioteca respeitável mas que de pouco ou nada serviriam... Livros mais para exibir, em suma, que para ler.

Em terceiro lugar, encontram-se os assuntos relativos ao conteúdo do livro, os quais condensam a maior riqueza de problemáticas. É preciso estabelecer a tipologia destas obras, trabalho que ainda não foi feito: delimitar a sua organização em capítulos, com respectiva sequência, títulos e dimensão; mostrar

<sup>2</sup>PASTOUREAU, Michel, “L’historien et les traités du blason (XIV<sup>e</sup> – XX<sup>e</sup> siècles)”, in HARMIGNIES, Roger (Ed.), *Sources de l’Héraldique en Europe Occidentale. Bronnen Voor de Heraldiek in West-Europa. Actes du 4<sup>e</sup> colloque international d’héraldique. Handeligen van het 4<sup>de</sup> internationale colloquium voor heraldiek. Bruxelles – Brussel 6-10. V. 1985*, Bruxelles – Brussel: Académie Internationale d’Héraldique / Archives Générales du Royaume – Algemeen Rijksarchief, 1985, pp. 129-139, p. 129.

<sup>3</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 131.

<sup>4</sup>IDEM, *Ibidem*, pp. 131-138.

como a estrutura da obra pretendia traduzir as preocupações do autor, a vontade de transmitir conhecimentos anteriormente organizados ou, pelo contrário, de inovar; a distinção entre o que era considerado essencial ou acessório; a intenção de ser exaustivo ou de abordar apenas determinadas realidades. Há nestas obras, em geral, dois capítulos muito reveladores: aquele consagrado à origem das armas, em que se pode avaliar o nível de conhecimentos do autor, as suas intenções científicas e capacidades de raciocínio erudito e de crítica; e o capítulo consagrado ao direito heráldico, pelo qual se percebe o espírito com que o autor escreveu o livro (descritivo, normativo, militante). É importante avaliar a bibliografia citada, o sistema de notas e de índices. Quanto à natureza dos capítulos, há que salientar o interesse da vertente técnica, didáctica e normativa da heráldica (vocabulário, figuras, regras) em detrimento da história e dos usos das armas. O exemplo consagrado desta tendência consiste no espaço crescente ocupado pela descrição dos ornamentos exteriores, cuja complexidade nunca chegou a traduzir-se por inteiro em usos concretos: “Para que servem, para tomar um exemplo bem conhecido, as intermináveis páginas escritas acerca da tipologia e da hierarquia das coroas, quando se sabe que as armas efectivamente usadas raramente as respeitaram, as respeitam ou as respeitarão?” Por fim, terá interesse a avaliação dos trechos dedicados a saberes limítrofes, nomeadamente a vexilologia, a numismática e a sigilografia.

Em quarto lugar, colocam-se as questões referentes aos autores: quais as suas origens, formação, actividades profissionais? Que relação mantiveram com o ofício de armaria? Serão homens consagrados exclusivamente ao conhecimento heráldico, ou pelo contrário, dedicados a outro género de produções, ou até mesmo polígrafos? E, neste último caso, como se situam as obras de heráldica no seio da produção diversificada de cada autor? Haverá, fora os detentores dos ofícios de armaria, determinados profissionais que parecem revelar propensão mais acentuada para tratar da matéria heráldica, como, por exemplo, os juristas e os filólogos?

Por fim, põem-se os problemas referentes ao público, à posse do livro e a prática de leitura: quem possuía os tratados e manuais de heráldica? Quem os comprava, os emprestava, os consultava, os lia? Quem buscava neles informações concretas, e com que propósitos? Para Pastoureau, os indícios disponíveis parecem apontar para uma resposta à partida surpreendente: o principal público deste tipo de literatura não seria constituído pela nobreza, mas antes pelo mundo dos juristas, dado o carácter aparentemente rudimentar da cultura heráldica e mesmo nobiliárquica das camadas aristocráticas<sup>5</sup>.

Para o caso português, a caracterização da produção de livros heráldicos no Antigo Regime, requereria um trabalho prévio e desejável, embora de execução complexa: a elaboração da lista de tais obras, incidindo em primeiro lugar sobre aquelas que se dedicam exclusiva ou prioritariamente à matéria heráldica (tratados e manuais de brasão, mas também armoriais, vocabulários e bibliografias especializadas) e compreendendo ainda, num segundo plano, obras

<sup>5</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 136.

de âmbito mais geral nas quais se incluam capítulos de heráldica. Porque será tarefa difícil o estabelecimento de tal listagem? Antes de mais, porque mal foi ainda delineada: com excepção de António Machado de Faria, que se debruçou sobre a obra heráldica do padre António Soares de Albergaria<sup>6</sup>, de Manuel Artur Norton, no estudo introdutório ao tratado de António Coelho<sup>7</sup>, e de uma parte do artigo em que José Guilherme Calvão Borges procurou traçar uma panorâmica da armaria na cultura portuguesa<sup>8</sup>, nenhum estudioso português se dedicou à análise ou mesmo ao simples arrolamento dos armoriais e tratados de heráldica da época moderna. Desses tratados, na verdade, apenas quatro foram objecto de edição recente: por ordem cronológica de produção, dever-se-ia começar pelo *De Ministerio Armorum* do arauto Constantinopla, embora este se situe ainda nas franjas do período medieval e tenha sido, em 1977, objecto de uma edição que, tendo-se concentrado na leitura e tradução do texto, deixou de fora a componente heráldica; como aponta Werner Paravicini, tal edição ocultou tanto quanto revelou o códice<sup>9</sup>. Vêm em seguida o *Tratado de Nobreza*, de António Rodrigues, rei de armas Portugal<sup>10</sup>; depois, o *Livro em que se trata da Origem dos Reis e Quantos Houve em Portugal e como Sucederam*, de António Coelho, igualmente rei de armas Portugal<sup>11</sup>; e, por fim, o muito mais tardio *Tesouro Heráldico de Portugal*, de António José Vaz Velho<sup>12</sup>. Quanto aos armoriais, para além das duas grandes produções manuelinas, o *Livro do armeiro-mor* e o *Livro da nobreza e perfeição das armas*, apenas um anónimo *Brasonário da Nobreza de Portugal* do século XVII<sup>13</sup> foi dado à estampa no final do século XX. A parcimónia da lista de obras recentemente editadas revela bem o quase esquecimento a que este género de livros tem sido relegado.

Mas o estabelecimento de uma listagem geral é dificultado ainda por

<sup>6</sup> CABRAL, A. Machado de Faria de Pinna, *António Soares de Albergaria heráldista do século XVII. Subsídios para a história da heráldica portuguesa*, Lisboa: separata de Tombo Histórico, 1929.

<sup>7</sup> NORTON, Manuel Artur, *A Heráldica em Portugal. 1ª Parte. Livro que trata da origem dos reis e quantos houve em Portugal e como sucederam por António Coelho. 2ª Parte. Correções e Aditamentos*, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, vol. III, pp. 27-45.

<sup>8</sup> BORGES, J. G. Calvão, "A Armaria em Portugal e na Cultura Portuguesa", in REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo (Ed.), *Actas del I Congreso Internacional de Emblemática General – Proceedings of First International Conference on General Emblematics*, Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 2004, vol. II, pp. 983-1011, pp. 1003-1006.

<sup>9</sup> PARAVICINI, Werner, "Signes et couleurs au Concile de Constance: le témoignage d'un héraut d'armes portugais", in TURRELL, Denise et alii, *Signes et couleurs des identités politiques. Du Moyen Age à nos jours*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008, pp. 155-188, p. 159. A edição em causa é a de *Livro de Arautos* (estudo codicológico, histórico, literário e linguístico, texto crítico e tradução de Aires Augusto Nascimento), Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1977.

<sup>10</sup> RODRIGUES, António, *Tratado Geral de Nobreza* (apresentação de Afonso de Dornelas), Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931.

<sup>11</sup> Transcrito e publicado por NORTON, Manuel Artur, *A Heráldica em Portugal...*, vol. III, pp. 25-335.

<sup>12</sup> VELHO, António José Vaz, *Tesouro Heráldico de Portugal*, Lisboa: Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, 1958-1963, 4 vols. O original deste tratado, datado de 1820, conserva-se na Biblioteca da Academia Militar, em Lisboa. A edição foi dirigida por Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, com a colaboração de Gastão de Mello de Matos, Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcellos e Joaquim Trigueiros de Aragão.

<sup>13</sup> *Brasonário da Nobreza de Portugal. Manuscrito anónimo do séc. XVII* (estudo introdutório de José Teixeira da Mota), Lisboa: Edições Moreira & Almeida, 1999.



outro factor: muitas destas obras nunca viram letra de forma, permanecem sob forma manuscrita e encontram-se dispersas não só por arquivos e bibliotecas públicas mas também na posse de particulares. Neste último caso, torna-se difícil a realização de qualquer tipo de inventário, dado o carácter incipiente de construção de uma rede que abranja e catalogue o conjunto dos arquivos e bibliotecas privados. Com consciência destas limitações, procedeu-se ao estabelecimento de uma lista que inclui obras impressas e manuscritas, quer de teor especificamente heráldico (armoriais, tratados de brasão, bibliografias especializadas e vocabulários), quer de carácter geral mas que contemplem secções dedicadas à matéria heráldica, tendo-se procedido ao levantamento nas seguintes instituições: Torre do Tombo; Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa); Biblioteca da Ajuda (Lisboa); Biblioteca Pública Municipal do Porto; Biblioteca Distrital de Évora; Biblioteca Municipal de Santarém; Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Para além das obras hoje conservadas nestas bibliotecas e arquivos, consideraram-se também aquelas que foram citadas em bibliografias especializadas, fossem elas coevas, como o “Apparato” do primeiro tomo da *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa* de D. António Caetano de Sousa<sup>14</sup>; a *Bibliotheca Hispanica Historico-Genealogico-Heraldica* de Gerhardi Ernesti de Franckenu<sup>15</sup>; a *Bibliotheca stemmato-graphica hoc est genealogico-heraldica* de D. Manuel Caetano de Sousa<sup>16</sup>; ou posteriores, como a *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza* de Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavellos)<sup>17</sup>; e, por fim, o *Dicionário de Bibliografia para Genealogistas* de Maria João Craigie<sup>18</sup>. Procurou-se completar as indicações fornecidas, sempre que possível, com outros dados constantes de bibliografias gerais, nomeadamente a *Bibliotheca Portugueza* de João Franco Barreto<sup>19</sup>, a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado<sup>20</sup> e o *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva e de Brito

<sup>14</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato à Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa”, in *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escretores de inviolavel fé, e offerecida a elRey D. Joaõ V. Nosso Senhor*, Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1735, tomo I, pp. I-CCXXXII.

<sup>15</sup> FRANCKENAU, Gerhardi Ernesti de, *Bibliotheca Hispanica Historico-Genealogico-Heraldica*, Lipsiae: Maur. Georgii Weidmanni, 1724.

<sup>16</sup> SOUSA, D. Emmanuele Caietano, *Bibliotheca stemmato-graphica hoc est genealógico-heraldica*, BNP, Cód. 1148.

<sup>17</sup> SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza*, Braga: Edição do Autor, 1916-1947, 5 vols.

<sup>18</sup> CRAIGIE, Maria-João de Nogueira Ferrão Vieira, *Dicionário de Bibliografia para Genealogistas*, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006.

<sup>19</sup> O manuscrito original desta obra fazia parte da livreria dos duques de Lafões, de que foi tirada uma cópia que pelo menos desde o século XVIII se guardava na livreria dos duques de Cadaval, conforme noticia MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente. Offerecida à Augusta Magestade de D. Joaõ V. Nosso Senhor*, Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1731-1759, tomo III, p. 665. Existe hoje uma fotocópia integral da obra nos usuais da secção de Reservados da BNP, tirada da cópia da Casa Cadaval.

<sup>20</sup> IDÉM, *Ibidem*, 4 tomos.

Aranha<sup>21</sup>.

A lista elaborada em conformidade com tais critérios deve considerar-se como um ponto de partida para um estudo mais aturado, pois impõe-se a consciência de que há obras dispersas por outros arquivos e bibliotecas públicos, além das que existem em arquivos privados e que, salvo por factores de índole pessoal, e dado o carácter gradual e por vezes aleatório da construção de um sistema integrado de referência a nível nacional, poderão conservar-se fora da alçada do investigador. Desta forma, a presente lista assume dois objectivos, o primeiro de ordem prática, como instrumento operacional ao serviço do tema tratado no presente trabalho, permitindo a análise pontual da heráldica (e em particular, numa segunda aproximação, da armaria municipal) na produção cultural do Antigo Regime; o segundo de âmbito geral, como primeiro passo para a sistematização de conhecimentos numa área esquecida pelos investigadores: a da produção de textos heráldicos na Época Moderna.

À partida, os resultados do levantamento provocam uma reacção de surpresa, pois da exiguidade dos estudos e das publicações recentes poderia inferir-se a relativa escassez de obras deste género no período em análise. Pelo contrário, o conjunto de obras arroladas ultrapassa os 120 títulos; devendo ressaltar-se que, pelas razões já aduzidas, a lista não pretende ser exaustiva. Deste modo, deve considerar-se, em primeira mão, que a produção de obras heráldicas não só não diminuiu na Época Moderna, como conheceu mesmo uma proliferação notável. As causas deste surto devem constituir uma indagação central para a compreensão do fenómeno heráldico no Antigo Regime.

Com base no levantamento efectuado, propõe-se uma grelha de análise que tem como ponto de partida algumas das problemáticas apontadas por Michel Pastoureau, adaptadas às circunstâncias peculiares da produção heráldica portuguesa tal como no-la revelaram os resultados da pesquisa.

As obras heráldicas produzidas no Antigo Regime, quer se trate de meras colectâneas de armas, quer de obras de natureza mais normativa (regras de armaria, compilações de disposições legais, vocabulários) ou simbólica (tratados de significados de esmaltes e figuras), apareceram até agora envolvidas num manto de desinteressante uniformidade<sup>22</sup>. O carácter incipiente dos estudos sobre a produção heráldica no período moderno terá contribuído para a perpetuação dessa imagem. Ora, a confrontação dos textos arrolados revela uma realidade bem diferente. E, ao contrário do que se poderia julgar à partida, as obras heráldicas produzidas em Portugal no Antigo Regime não são isentas de polémica, antes se apresentam percorridas por tensões cuja natureza e origem se deve averiguar no afã de entender os usos heráldicos da época.

No dealbar da Idade Moderna, ou seja, entre os séculos XV e XVI, a produção de textos heráldicos em Portugal parece ter sido criação praticamente exclusiva dos oficiais de armas. Para comprovar este facto, basta referenciar

<sup>21</sup> SILVA, Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, 23 vols.

<sup>22</sup> Cfr. PASTOUREAU, Michel, *Traité d'Héraldique*, Paris: Bordas, 1993, pp. 278-288.

as obras conhecidas: *De Ministerio Armorum* (ou *Livro de Arautos*) do arauto Constantinopla; o *Livro antigo dos reis de armas* (ou *Livro velho de registo de armas*) criado, mantido e acrescentado pelos sucessivos reis de armas Portugal desde o reinado de D. Afonso V; o *Livro do Armeiro-mor* (ou *Livro Grande*) de João du Cros, rei de armas Portugal; o *Liuro da nobreza e perfeiçam das armas dos Reis christãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal* de António Godinho, escrivão da câmara do rei<sup>23</sup>; o *Tratado Geral de Nobreza* (ou *Livro Antigo de Insignias, Signaes e Escudos*) do bacharel António Rodrigues, rei de armas Portugal; o *Livro de Armas da Guarda-Roupa dos Reis de Portugal*, cujo autor se desconhece, mas que constituía mais um armorial na posse régia e, portanto, provavelmente produzido pelos oficiais de armas ao serviço da Coroa. As excepções maiores situam-se no campo da literatura, em que existia uma forte presença heráldica, mormente nos romances de cavalaria<sup>24</sup> e nas chamadas *trovas heráldicas* ou *cancioneiro de armaria*<sup>25</sup>. Contudo, ambos estes casos constituíam segmentos muito específicos e marginais no seio da produção heráldica. Deve também ser tido em conta um curioso armorial intitulado *Armas de los Condes, Vescondes etc. de Cataluña, de Castilla, de Portugal*, coligido um pouco antes de meados do século XVI a pedido do banqueiro Johann Jacob Függer e cujo compilador, na parte relativa a Portugal, deverá ter sido um nativo deste reino, não se sabendo se exercia o ofício de armas<sup>26</sup>. Deste modo, pode afirmar-se que a produção heráldica até ao reinado de D. João III dependeu essencialmente, tanto quanto se sabe, dos oficiais de armas ao serviço da Coroa.

O panorama começou a alterar-se na segunda metade do século XVI. O caso

<sup>23</sup> Embora António Godinho não fosse propriamente oficial de armas, deve ter-se em conta que a sua obra foi realizada com o escopo declarado de servir de repositório ao serviço dos oficiais de armas, a cuja guarda estava entregue.

<sup>24</sup> Para uma visão de conjunto sobre a presença da heráldica na literatura portuguesa, veja-se BORGES, J. G. Calvão, *op. cit.*, pp. 992-998. Existem estudos específicos, como AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, "Meditações Heráldicas. XVI. Gil Vicente heraldista, breve apontamento", *Armas e Troféus*, II série, tomo VI, n.º 2, Abri.-Jun. 1965, pp. 168-170; BORGES, Maria de Lourdes Calvão; BORGES, J. G. Calvão, "Heráldica Imaginária Portuguesa. O caso do Palmeirim", *Raízes & Memórias*, n.º 4, 1989, pp. 73-88; ABRANTES, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de, "A heráldica no contexto da *Crónica do Imperador Maximiliano*", *Raízes e Memórias*, n.º 6, 1990, pp. 95-110.

<sup>25</sup> De que se destacam as *Quintilhas heráldicas declarando alguns escudos darmas dalgumas lymnajeas de Portugal que sabya donde vynham* de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor do Porto, das quais existem numerosas cópias (cfr. SOUSA, D. Antonio Caetano de, "Apparato"..., pp. XL-XLII; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pp. 67-68), a *Miscelânea* de Garcia de Resende, as *Coplas ás Armas da Nobreza de Portugal* de D. João Ribeiro Gayo, bispo de Malaca, e as *Endeixas e Quintilhas* de Manuel de Sousa da Silva. Para uma visão genérica, vejame-se as considerações e transcrições de SÃO PAYO, D. Antonio, Conde de, *Cancioneiro d'Armaria*, Lisboa: Centro Tipografico Colonial, 1929; BORGES, J. G. Calvão, "A Armaria em Portugal...", pp. 987-995; e IDEM, *O Cancioneiro de Armaria e "El Armorial Versificado"*, Porto: separata de *Genealogia & Heráldica*, 1999.

<sup>26</sup> A existência deste armorial foi recentemente revelada por João Portugal em comunicação ao Instituto Português de Heráldica. Trata-se de uma encomenda do célebre banqueiro de Augsburg, constituída por partes autónomas, cada qual de uma autoria, depois encadernadas em conjunto, compreendendo colectâneas de todos os reinos ibéricos. Mercê das suas investigações, João Portugal situou a produção do códice português entre 1545 e 1549. *Armas de los Condes, Vescondes etc. de Cataluña, de Castilla, de Portugal*, Bayerische Staatsbibliothek, *Codices Iconographici*, 290.

do armorial compilado por Brás Pereira Brandão e depois pelo seu sobrinho-neto Brás Pereira de Miranda constituiu um ponto de reflexão, na medida em que se apresenta como a primeira colectânea em que se verificou a inclusão de armas municipais. Mas, excluindo tal característica invulgar, essa obra pode também ser considerada como parte de uma inflexão na produção de obras heráldicas e servir de indício para uma visão mais ampla, reveladora de tensões que, ao longo de todo o Antigo Regime, percorreram a produção heráldica portuguesa. Com efeito, há notícia de outras obras coevas, como o *Livro do Senhor Dom Duarte*, de que subsistem diversas cópias<sup>27</sup>; o *Livro dos Braçoens das Famílias deste Reyno, com suas origens* coligido por D. António de Ataíde, segundo conde da Castanheira<sup>28</sup>; e a colectânea de *Blasones* de Jorge de Montemor ou Montemayor<sup>29</sup>. A partir de meados do século XVI, portanto, a iniciativa de produção de textos heráldicos deixara de ser um exclusivo de oficiais de armas.

Ora, o que estaria subjacente à iniciativa e necessidade de produzir tais obras heráldicas “privadas”, isto é, fora da alçada dos oficiais de armas? Uma possível resposta pode apontar para a reacção às normas que haviam sido postas em vigor com voluntariosa intervenção da Coroa desde os tempos de D. Afonso V, culminando com a legislação manuelina. Assim, as obras heráldicas compiladas à margem da autoridade dos oficiais de armas surgiam com uma inesperada caracterização de movimento paralelo perante a tentativa de transformar a armaria num instrumento ao serviço dos desígnios da Coroa. À luz dessa perspectiva, poderão compreender-se os tópicos e momentos de polémica agudizada logo em finais do século XVI, em redor do papel assumido pelos particulares na ideia de conservação da memória, fora das instituições estatais, nomeadamente do Juízo da Nobreza.

No seio desta instituição, assistiu-se, na época em questão, a um certo desregramento dos procedimentos definidos pela regulamentação manuelina, o que viria a provocar dissensões entre os seus principais responsáveis. Conhece-se,

<sup>27</sup> Nomeadamente na Torre do Tombo (DGA/TT, *Casa-Forte*, n.º 179), na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, e na Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP, Ms. 432, encadernado juntamente com outras obras de cariz heráldico).

<sup>28</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., p. LII; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, pp. 37-38. Ressalve-se, no entanto, que a autoria deste *Livro dos Braçoens...* foi objecto de controvérsia, pois Pedro de Sousa, rei de armas Portugal, escreveu no seu *Rey de Armas instruido...* que a obra fora coligida por Gaspar Velho, seu antecessor no mesmo cargo. Pedro de Sousa afirmou mesmo: “temos em nosso poder o seu Livro de Braçoens, que elle [Gaspar Velho] offereceu a D. Antonio de Ataíde Conde da Castanheira.” *Rey de Armas instruido Nos principios, e Regras da Arte Heraldica Para Conhecer, e formar o Escudo de Armas de qualquer familia; assim aos Ecclesiasticos como aos Seculares com todas as peças, e cores, que lhes pertencem, e os nomes proprios, com que sam conhecidas, As Coroas, Coroneis, Elmos, Timbres, e Paquifes Competentes; Noticia da Antiguidade do Officio de Rey de Armas, seu principio em Portugal; Cathalogo dos que tem havido neste Reyno, sua Regalia, e funções segundo a nova forma que lhes deu D. Manuel Com a origem das Famílias de Portugal, e dos seus apelidos, e Armas, que para utilidade publica compos e da ao prelo Pedro de Sousa Rey de Armas Índia, com as anotações que sobre as circunstancias desta obra fez Joze Freire de Monterroyo Mascarenhas*, DGA/TT, *Manuscritos da Livraria* n.º 2023, fl. não numerado.

<sup>29</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., pp. CLIV; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 87.

com efeito, o processo movido por Baltasar do Vale, escrivão da nobreza, contra Gaspar Velho, rei de armas Portugal<sup>30</sup>. O mais alto oficial de armas português era acusado de concessão indevida de armas “antiquíssimas” a famílias de mercadores cristãos-novos e de “gente de baixa extracção”, alegadamente por suborno dos interessados. O processo, contudo, não se desenvolveu de forma linear, e certamente não correspondeu às expectativas do seu impetrante, pois Gaspar Velho, por sua vez, acusou o escrivão da nobreza de desobediência às suas ordens e de incapacidade para o exercício do seu ofício por ser ourives, ou seja, praticante de uma profissão “mecânica” incompatível com as funções que desempenhava. Embora o seu desenlace não seja nítido, este processo mostra as dificuldades sentidas no momento de transição da prática de concessão de armas entre o rigoroso critério manuelino e o subsequente espírito mais lato<sup>31</sup>, revelando as tensões existentes no seio do ofício de armaria.

É certo que Manuel Teixeira, sucessor no cargo de rei de armas Portugal, sentiu necessidade de vincar a preeminência do seu ofício, obtendo para esse efeito um privilégio significativo: por alvará de 11 de Maio de 1607, o rei, atendendo ao seu pedido, proibia a publicação de livros de armaria e de genealogia sem prévia censura do rei de armas Portugal<sup>32</sup>. Tal prerrogativa garantia portanto aos oficiais de armas, em teoria, o exclusivo da produção de obras heráldicas e genealógicas, ou pelo menos o controlo sobre todos os textos produzidos nestas duas áreas, de cuja coordenação dependia o exercício eficaz dos seus ofícios. Como era de prever, a reacção não se fez esperar. Cerca de um século depois da promulgação deste alvará, ela ainda ecoava nas palavras de D. António Caetano de Sousa, oscilantes entre a indignação e o desdém:

“A este mesmo Rey de Armas, que devia ser bem instruido, e ao meu parecer, de diferente character dos que nos nossos tempos tem esta occupação, achey passado hum Alvará [...] para que ninguem imprimisse livros alguns de Armas, nem de Familias sem elle Rey de Armas, ou seus successores, que tiverem o dito officio os reverem, e approvarem. E se por ventura este Alvará houvesse de ter effeito, e se guardasse, desejara de ver hum Rey de Armas sem sciencia, nem estudo, nem mais applicação, que ao officio, que na Republica exerceo, fazer juizo sobre materias da Historia, e de huma parte taõ difficultosa como he a Genealogia, como se foraõ obras mecanicas do officio, que elle aprendeo, porque esta occupação,

<sup>30</sup> Cfr. FRANCO, Luís Farinha, *Les rois d'armes et les réformateurs du greffe de la noblesse (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*, Lisboa-Paris: separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1989, pp. 461-462. Veja-se também BA 44-XIV-6, *Do Dezembargo do Paço*, fls. 102v-106v, secção intitulada “Sobre o rei d’armas”.

<sup>31</sup> Note-se que, na sequência do processo, Baltasar do Vale enveredou pelo ofício de armas, tornando-se sucessivamente rei de armas Índia e Algarve. Cfr. FRANCO, Luís Farinha, *op. cit.*, p. 462. Pedro de Sousa afirma que ele chegou a exercer o cargo de rei de armas Portugal. *Rey de Armas instruido...*, DGA/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 2023, fls. não numerados.

<sup>32</sup> Este alvará vem transcrito em diversas fontes. Veja-se, por exemplo, “Alvará de S. Mag.de que se não possam imprimir geraçoens nem brasoens de armas sem serem vistos por Portugal Rey de Armas Principal”, in *Compendio breue na materia da nobreza & fidalguia deste Reyno*, BNP, Cód. 1151, fls I-II.



como todos sabem, anda em hum Official dos Officios, que entraõ na Casa dos vinte e quatro desta Cidade.”<sup>33</sup>

Os comentários do erudito clérigo regular indiciam quer o grau de incumprimento, quer o de polémica que envolveram a drástica resolução de 1607.

À dissensão instaurada no seio dos oficiais que já não cumpriam os preceitos do regimento manuelino e haviam deixado de completar os armoriais oficiais, juntou-se, durante o período filipino, um novo factor de desestabilização: a distância da corte. Assim, ao desregramento interno do Juízo da Nobreza vinha somar-se a possibilidade e necessidade de afirmação das elites remanescentes em território português. Quando se contempla o panorama cultural da época, verifica-se que tal género de afirmação se pautava por diversas manifestações. No campo da armaria, pode observar-se o surgimento de obras pelas quais perpassava a necessidade de descrever, divulgar, fixar os usos heráldicos. Francisco Rodrigues Lobo, na sua obra tão significativamente intitulada *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*<sup>34</sup>, cuja primeira edição data de 1619, dedicou uma atenção particular à descrição e explicação de diversos tipos de heráldica que, pela sua natureza intrínseca, não tinham de passar pelo crivo dos oficiais de armas. Sob a clássica forma do diálogo, Rodrigues Lobo principiava por definir o conceito de *armas*: “é a insígnia que cada um tem de sua nobreza, conforme o apelido com que se nomeia”. Definição que se acordava, portanto, com a noção da armaria como espelho da condição nobre, sem contudo referir que fosse necessário recorrer a algum tipo de autoridade para certificação das armas. Em seguida, ao invés de enveredar pelo tema da origem das armas e do ofício de armaria, como costumavam fazer os tratados até então redigidos, o autor preferiu entrar de imediato na descrição das empresas dos reis de Portugal, das armas de reinos e de outros Estados, da heráldica imaginária de personagens históricos ou míticos, e, por fim, das insígnias das cidades<sup>35</sup>. Ou seja, Rodrigues Lobo tratava precisa e exclusivamente da heráldica que, pela sua natureza, escapava ao crivo dos oficiais de armas.

Da mesma forma, Pedro de Mariz, nos seus *Dialogos Historicos*, incluía uma relação das armas municipais, embora, ao contrário de Rodrigues Lobo, esta não fosse acompanhada por nenhuma definição de heráldica<sup>36</sup>. Tanto no

<sup>33</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escritores de inviolavel fé, e offerecida a elRey D. Joaõ V. Nosso Senhor*, Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1735, tomo I, pp. XCV-XCVI.

<sup>34</sup> LOBO, Francisco Rodriguez, *Corte na Aldea, e Noites de Inverno*, Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1619.

<sup>35</sup> O conteúdo heráldico da obra de Rodrigues Lobo foi estudado por AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, *Uma Lição de Heráldica em 1619*, Madrid: separata de *Hidalguía*, s.d.

<sup>36</sup> MARIZ, Pedro de, *Dialogos de varia historia. Em que summariamente se referem muytas cousas antigas de Hespanha; e todas as mais notaveis que em Portugal acontecerão em suas gloriosas Conquistas, antes & depois de ser levantado a Dignidade Real. E outras muytas de outros reynos, dignas de memoria. Com os Retratos de todos os Reys de Portugal*, Coimbra: Officina de Antonio de Mariz, 1594. A matéria heráldica está compreendida no capítulo IV, intitulado “Da conta, que se haõ de ter os Autores antigos. E das insígnias, que as Cidades de Portugal tem por Armas”, tomo I, pp. 17-23.

caso de Pedro de Mariz como no de Francisco Rodrigues Lobo, a amplitude da divulgação da matéria heráldica tratada nas respectivas obras era garantida pelo facto destas terem sido dadas à estampa. Aliás, as sucessivas reedições de ambos os títulos permitem inferir o sucesso que colheram, funcionando como elementos de difusão da matéria heráldica. Tal fenómeno situava-se, logicamente, em oposição directa à disposição legal obtida por Manuel Teixeira; mas ambas as obras se encaixavam numa franja incriticável, pois não abordavam a heráldica de família, única sobre a qual os oficiais de armas podiam pretender exercer o seu exclusivo.

Numa segunda fase do mesmo processo, aplicou-se idêntico raciocínio a outra realidade, já mais próxima daquela que os oficiais de armas consideravam como seu território restrito: a heráldica de família, mas, neste caso, apenas a das estirpes da mais alta nobreza do reino, ou seja, os detentores de títulos nobiliárquicos. Neste âmbito, avultou a obra do padre António Soares de Albergaria. O principal livro que escreveu, intitulado *Trinfnos de la Nobleza Lvsitana* e datado de 1631, permaneceu manuscrito, contra a vontade do autor<sup>37</sup>. Nos elementos autobiográficos insertos no prólogo desta obra, Soares de Albergaria dava notícia de como começou a tomar contacto com a matéria heráldica: tendo morrido o seu pai, o sacerdote herdara escasso património em que se incluíam algumas “cartas honoríficas” de membros da família real a antepassados seus. Movido pela curiosidade, Soares de Albergaria procurou então averiguar o teor das armas a que teria direito, o que alcançou mediante consulta do arquivo da Torre do Tombo, devidamente autorizado pelo tribunal competente. Intrigado com o brasão que lhe cabia,

“Y preguntando al curioso Pedro de Mariz, y a otros versados linagistas, la razón del, no me la dieron, juzgando lo a temeridad. Pero creçiendo este deseo copie (com mil inconuenientes) el libro de aquel archiuo = en que se ven solamente los escudos de la nobleza, pintados. Y llegando a mis manos outro, mas copioso, del Infante D. Duarte, hize lo mismo, alcançando tambien de particulares mas de ochenta volumes manuscritos, y illuminados, en que noté diuersos errores. Y era tanto el gusto que tenia en descubrir alguna tradicion tocante a este thema, que la estimaua qual joia preciosa. Y al fin considerando la necesidad que este Reyno tenia de tal libro como todos los otros tienen, me resolui inquirir razones de armeria, recoger antiguedades y letreros de sepulturas, y inuestigar los solares de las casas nobles, valiendo me de algunas fundamentales tradiciones continuadas de padres a hijos.”<sup>38</sup>

Confrontado pois com a escassez de obras que explicassem a origem das armas, Soares de Albergaria declarava que tivera de recorrer a vários tipos de fontes: escritos de pessoas que vieram do estrangeiro para este reino, descrevendo,

<sup>37</sup> ALBERGARIA, Antonio Soares, *Trinfnos de la Nobleza Lvsitana, y Origen de svs Blazones*, BNP, Cód. 1119.

<sup>38</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. IV.

como curiosos, as armas nele usadas; obras de indivíduos pagos pelos membros de Casas antigas e ilustres, e também suficientemente ricas para pagar a cronistas próprios, mesmo quando a memória da origem das armas se havia perdido nelas; apontamentos tomados pelos oficiais de armas, em particular por “el licenciado Guaspar Velho que de mandado de la Reina D. Catarina ando por toda Europa en compañía de Dameão de Gois para enuestigar lo tocante a los blazones, e fue Rey de armas principal en este Reino y el primero que escreuio algunas cosas”<sup>39</sup>; e, por fim, os registos de concessão de armas patentes na Torre do Tombo, de que Soares de Albergaria era, conforme suas declarações, assíduo frequentador. Atente-se, contudo, na importância que o autor atribuía outrossim às fontes particulares, nomeadamente a memória conservada e transmitida nas “casas nobles, valiendo me de algunas fundamentales tradiciones continuadas de padres a hijos”.

Ressaltava dos estudos de Soares de Albergaria a noção de que era útil e necessário que os próprios herdeiros e utentes de armas investigassem as mesmas, de forma a compreender o seu significado histórico e simbólico, pois

“los blazones son recopilacion en que se cifran los echos, y uarias cauallerias de su ganador aplicando le filosoficamente las partes que le pertenecen en modo de enigma reduzido a colores, metales y figuras que lo declaran, o [...] son vn simbolo hieroglifico, demonstrativo de algun hecho heroico y de fama que aconteció al primero de la casa, familia, y apellido.”<sup>40</sup>

O objectivo declarado do autor residia em atingir e dar a conhecer o que, no seu entendimento, consistia na essência da armaria: o significado das armas. Soares de Albergaria tinha consciência do cunho inovador de tal pretensão, pois “ninguno hasta aora mostró razon de armas en materia de linages”<sup>41</sup>. O plano da obra afigurava-se vasto: começava de forma clássica, com um tratado nobiliárquico pelo qual, depois de dar a conhecer as diversas categorias de nobreza, se provava a relação íntima entre esta e a heráldica; passava em seguida para um tratado de brasão inspirado em diversos autores espanhóis, ingleses e franceses; terminava com um armorial que compreendia as armas dos soberanos e Estados do mundo, as da nobreza portuguesa, as das ordens religiosas e militares, as das cidades de Portugal e as insígnias universitárias. A inovação deste projecto residia em primeiro lugar no seu carácter abrangente, uma vez que englobava e articulava os aspectos nobiliárquicos com uma gama diversificada de heráldica: além da de família, figuravam também a estatal, a municipal, a universitária, a eclesiástica, a imaginária. Iguamente inovador era o tipo de abordagem que Soares de Albergaria pretendia aplicar, pois não se limitava

<sup>39</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. IVv. Esta declaração vem confirmar a inclinação para considerar a obra *Livro dos Braçoens das Familias deste Reyno, com suas origens* como sendo da autoria de Gaspar Velho, rei de armas Portugal, que a teria deixado a D. António de Ataíde, segundo conde da Castanheira. Talvez este tivesse completado o trabalho com notas próprias, o que explicaria a confusão de autores posteriores, que vieram atribuir a este último a autoria do conjunto.

<sup>40</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. IVv.

<sup>41</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. IV.



ao mero registo do brasão, antes ambicionava explicar quer a origem histórica, quer o significado simbólico de cada escudo de armas. Ora, nenhuma destas duas componentes relevava da autoridade dos oficiais de armas, os quais, aliás, segundo o autor, nem sempre se revelavam sequer capazes de as compreender. Com efeito, Soares de Albergaria demonstrou em diversos passos da sua obra a fraca consideração em que tinha os oficiais de armas seus coevos, como nesta história exemplar: “Yo conoci vn Rey de armas, que auiendo de dar, a las de los Antas vn Anta, animal bien conocido, por timbre, le dio vn colete”<sup>42</sup>; inferia o autor a necessidade de nomear para o ofício de armas “letrados scientificos, y no a mecanicos, que apenas saben leer los preceptos por do se han de guiar, pues siendo la nobleza cosa diuina y este arte tan excelente, que por el se da señal y diuisa della”.

Desenvolvia-se portanto a ideia de que a origem e a história da heráldica não mantinham uma relação de subordinação para com a Coroa e os seus oficiais de armas. No caso das famílias nobres de propecta linhagem, a armaria espelhava a antiguidade e a história das principais Casas da nobreza do reino. Assim se explicava que, indo além do interesse particular de cada uma dessas Casas, e procurando atingir um escopo colectivo, o autor tivesse desenvolvido um tão lato projecto de obra interpretativa da armaria. Nesse sentido, pode afirmar-se que os *Trivnfos de la Nobleza Lvsitana* partiam de uma abordagem singular, correspondendo a um intuito bem diferenciado do de qualquer obra anterior. Contudo, para que tal instrumento de memória colectiva cumprisse o seu desígnio, não bastava investigar, compilar e relacionar dados, consultar arquivos públicos e privados, sondar as memórias familiares, organizar toda a informação recolhida em um conjunto linear e coerente. Além desse trabalho, a que Soares de Albergaria dedicou o seu zelo, era necessário garantir a difusão do conhecimento assim alcançado. Só a edição do trabalho permitiria o cumprimento dessa finalidade.

Para levar por diante esse escopo, Soares de Albergaria pretendia dar à estampa não apenas o seu texto, mas também um conjunto de gravuras que viessem ilustrá-lo. A amplitude de semelhante projecto pode bem medir-se pelos apontamentos e desenhos que o autor tomou numa espécie de borrador<sup>43</sup>, que

<sup>42</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. V. O sentido da história é este: o rei de armas ignorante, em vez de dar por timbre o animal chamado *anta*, deu um colete, pois era comum que esta peça de vestuário fosse confeccionada com pele de anta, sendo portanto designada, por sinédoque, pelo nome do bicho. É certo, porém, que “o timbre das armas dos Antas é algo que tem embaraçado e dividido os heraldistas”, conforme apontam SAMEIRO, Pedro; MALTA, João Baptista, “Carta de Brasão de Armas de Luís de Antas de Brito”, *Armas e Troféus*, IX série, 2002-2003, pp. 45-64, pp. 48-52, concluindo que a dita figura não corresponderia ao tapir sul-americano ou asiático, mas a um “animal heráldico com a configuração genérica de um caprídeo ou antílope e semelhante nos cornos a uma camurça”.

<sup>43</sup> ALBERGARIA, António Soares, *Armaria*. BNP, Cód. 1118. O códice traz na folha inicial o título *Nobreza Uniuersal de Portugal*. Trata-se de um manuscrito completado com numerosos desenhos e algumas gravuras coladas, em parte copiado do *Tratado de Nobreza* de António Rodrigues e do *Livro do Senhor Dom Duarte*. António Machado de Faria refere-se com alguma demora a este códice a pp. 25-34 da sua obra *António Soares de Albergaria heráldista do século XVIII. Subsídios para a história da heráldica portuguesa*, Lisboa: separata de *Tombo Histórico*, 1929, dizendo tratar-se de um borrão para a projectada grande obra dos *Trivnfos de la Nobleza*.

serviria de auxiliar para a publicação da magna obra. Mas semelhante projecto necessitava de investimento considerável. Atendendo à ideia norteadora da obra, bem como às circunstâncias sociais coevas, Soares de Albergaria buscou patrocínio para o seu projecto, dando à estampa um conjunto de gravuras com as armas da nobreza titular. Assim surgiram os *Tropheos Lvsitanos*, primeiro livro de heráldica publicado em Portugal<sup>44</sup>. No curto prólogo bilingue (português - latim), o autor apresentava as armas como plastificação da história, notando porém que, infelizmente, o significado delas se ia perdendo por quebra da tradição oral, sendo por isso indispensável que se imprimisse uma obra que desse notícia de tais conteúdos simbólicos, relacionando-os com a memória familiar de cada estirpe, de forma a difundir esta visão e permitir a sua transmissão à posteridade. O autor não escondia as razões que o levavam a seleccionar as gravuras inseridas nos *Tropheos Lvsitanos*, referindo-se, no respectivo prólogo, a

“hum liuro donde trato de quatrocentas familias deste Reyno, que tenho acabado, & intitulo (TRIVMPHOS DA NOBREZA LVSITANA, E ORIGEM DE SEVS BRAZOS) que já tiuera dado á estampa, Porem nenhuma cousa se começa bem, senão he, depois de Deos, de algum grande Principe fauorecida. Em tanto offereço estes escudos dos titulos pera experimentar, se ha algum, entre tantos illustres, que enuejando como Alexandre, a fortuna de Aquiles dezeje ver talhado em bronze, & entregue a immortalidade (propriedade dos escritos) as proezas, & armas de seus mayores.”<sup>45</sup>

Ora, as gravuras seguiam uma lógica hierárquica nítida, começando por um conjunto em que se conjugavam as dimensões religiosa, mítica e histórica do reino e da sua dinastia<sup>46</sup>, ao qual se seguiam as armas de todas as Casas titulares ordenadas por grau de importância e de antiguidade. Mesmo no fim da obra, como que a provar que o programa de gravuras deveria ter continuidade, não se restringindo à nobreza titular mas abraçando todas as linhagens armoriadas, figuravam desgarradas as armas do marechal de Portugal, as do almirante e as das famílias Almeida e Melo<sup>47</sup>. Abstraindo a possibilidade de obter financiamento por parte da Coroa, Soares de Albergaria procurava assim granjear o patrocínio de outros possíveis interessados: o alto clero e a nobreza titular. Mas decerto

<sup>44</sup> ALBERGARIA, Antonio Soares, *Tropheos Lvsitanos*, Lisboa: por Iorge Rodriguez, 1632.

<sup>45</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 3v.-4.

<sup>46</sup> A ordem deste grupo é a seguinte: Nossa Senhora da Assunção como padroeira do reino; o anjo custódio; as armas antigas de Portugal (armas míticas atribuídas a Portucale); São Pedro de Rates, primeiro arcebispo de Braga e primaz das Espanhas; São Dâmaso, Papa português; Santo António de Lisboa; conde D. Henrique; aparecimento de Cristo a D. Afonso Henriques, com paralelismo entre as chagas e as quinas; armas do reino de Portugal nas modalidades referentes a D. Afonso Henriques e a D. Manuel I (estas com a coroa real fechada); armas das rainhas, dos príncipes, dos infantes e das infantas de Portugal; insígnias da primazia de Braga.

<sup>47</sup> Sobre a autoria das gravuras, veja-se SOARES, Ernesto, *História da Gravura Artística em Portugal. Os Artistas e as suas Obras*, Lisboa: Livraria Samcarlos, 1971, vol. I, pp. 274-277. A escolha dos apelidos representados nas duas últimas gravuras (Almeida e Melo) ter-se-á ficado a dever ao facto de as respectivas armas permitirem o aproveitamento dum mesmo cunho, uma vez que o ordenamento destes dois brasões só difere no metal dos besantes.

contava também despertar a atenção da velha nobreza não titular, bem como das famílias de nobilitação mais recente, pois, como ele referia de modo expressivo:

“yo no niego, que emulacion bien fundada, despierta los animos a grandes empresas, y que es impetu natural en los humanos aspirar a honrras, y que esta materia de armas es piedra yman que atrae a todos, en que se ve la vtilidad deste libro, para recuerdo de los nobles que son obligados de saber sus obligaciones.”<sup>48</sup>

Certo é que não obteve o patrocínio indispensável para a publicação da sua obra monumental, a qual permaneceu sob forma manuscrita.

Na verdade, a simples edição das gravuras dos *Tropheos Lvsitanos* foi suficiente para provocar polémica, em resultado da qual o autor sentiu necessidade de trazer a lume, logo em 1634, uma *Reposta a certas obieçoens sobre os Tropheos Lvsitanos*<sup>49</sup>. As dúvidas aí patentes incidiam sobre a ordem das gravuras e levantavam questões técnicas como a conjugação de timbres e coronéis, a diferença das armas do príncipe herdeiro da Coroa, os usos heráldicos da Casa de Bragança (não se esqueça o momento crítico em que Soares de Albergaria escrevia, com o país agitado por revoltas contra a dinastia de Habsburgo), ou certos pormenores de heráldica eclesiástica e de titulares (geralmente relativos aos ornamentos exteriores).

Mesmo não tendo conseguido levar adiante a edição da projectada obra, Soares de Albergaria constitui um marco de relevo na produção heráldica portuguesa, até pelo alcance que a sua obra teve por ter sido a primeira a ser estampada<sup>50</sup>. É de vincar o seu claro propósito de construir uma *memória paralela* aos registos oficiais, pela qual a heráldica era expressamente encarada como representação plástica dos diversos *corpos históricos* que compunham a monarquia portuguesa: a dinastia real e a nobreza, claro, mas também os concelhos e as ordens religiosas e militares. Subjacente ao esforço de Soares de Albergaria, estava a noção de que qualquer estudioso, desde que se dispusesse a investigar as fontes e a organizar o seu trabalho de forma séria e idónea, teria competência

<sup>48</sup> ALBERGARIA, Antonio Soares, *Trionfos de la Nobleza...*, fl. VI.

<sup>49</sup> ALBERGARIA, Antonio Soares, *Reposta a certas Obieçoens sobre os Tropheos Lvsitanos*, Lisboa: por Iorge Rodriguez, 1634. Em 1752, Pedro de Sousa, rei de armas Portugal, transcreveu uma cópia das objecções formuladas para a sua obra *Rey de Armas instruido Nos principios, e Regras da Arte Heraldica Para Conhecer, e formar o Escudo de Armas de qualquer familia; assim aos Ecclesiasticos como aos Seculares com todas as peças, e cores, que lhes pertencem, e os nomes propios, com que sam conhecidas, As Coroas, Coroneis, Elmos, Timbres, e Paquifes Competentes; Noticia da Antiguidade do Officio de Rey de Armas, seu principio em Portugal; Cathalogo dos que tem havido neste Reyno, sua Regalia, e funções segundo a nova forma que lhes deu D. Manuel Com a origem das Familias de Portugal, e dos seus apelidos, e Armas, que para utilidade publica compos e da ao prelo Pedro de Sousa Rey de Armas India, com as anotaçoens que sobre as circunstancias desta obra fez Joze Freire de Monterroyo Mascarenhas, DGA/TT, Manuscritos da Livraria n.º 2023, com continuação no n.º 1652. Do teor da transcrição, infere-se que se guardava no cartório da Nobreza uma cópia das referidas objecções.*

<sup>50</sup> A circulação dos *Tropheos Lvsitanos*... fez com que se tenham até coligido códices que reproduziam a pena os desenhos das gravuras, colorindo-os conforme as indicações de esmaltes presentes, sob a forma de letras indicativas, na obra de Soares de Albergaria. Veja-se, por exemplo, o exemplar existente na BPMP, Ms. 723 (com o título de *Brazões Portugueses* meramente atribuído pelo catálogo da biblioteca).

e legitimidade para adquirir e difundir conhecimentos heráldicos. Os resultados de tais esforços não teriam, decerto, o valor legal das cartas de armas deferidas pelas autoridades autorizadas; mas, em contrapartida, preencheriam uma função cultural e política de primeira ordem, na construção da memória conjugada das diversas instituições e categorias sociais que formavam o complexo edifício da monarquia portuguesa.

O projecto urdido por António Soares de Albergaria vinha, portanto, pôr em causa o princípio do exclusivo das matérias heráldica e genealógica, que os oficiais de armas tão ciosamente procuravam resguardar. Por isso, não causa espanto que a iniciativa do autor dos *Tropheos Lusitanos* tenha sido retomada, em paralelo, por um rei de armas Portugal. António Coelho, com efeito, detentor deste cargo nos reinados de D. Filipe III, D. João IV e D. Afonso VI, redigiu um tratado geral de armaria e nobiliarquia, cujas características foram analisadas por Manuel Artur Norton, responsável também pela transcrição e recente edição da obra<sup>51</sup>. Tratava-se de um projecto vasto, claramente orientado para os aspectos nobiliárquicos, uma vez que compreendia uma notícia desenvolvida da origem de cada categoria de nobreza e de títulos, seguida da descrição das armas dos titulares portugueses coevos do autor, da definição dos vários tipos de nobreza, e depois de um tratado de heráldica, com as suas costumeiras componentes históricas, míticas e normativas. Naturalmente, era reservada uma atenção especial à origem e história dos oficiais de armas, com particular incidência nas prerrogativas do rei de armas Portugal, o que incluía a transcrição dos diplomas que, desde D. Afonso V, haviam instituído o ofício de armas, determinado a sua composição administrativa e o alcance legal da sua actuação. O tratado estabelecia de forma taxativa as normas que deveriam ser seguidas na adopção de armas por todos quantos a elas tinham direito (referindo-se expressamente aos membros da família real, ao alto clero e à nobreza em geral), vincando que só a confirmação pelos oficiais de armas permitia um uso legítimo das insígnias. Pelo alargamento do seu âmbito à alta nobreza e ao clero, e bem assim pelo esforço de definição de normas e de compilação de disposições legais, administrativas e protocolares, o tratado de António Coelho representava uma tentativa de chamar para a alçada dos oficiais de armas toda a matéria heráldica. O propósito deste rei de armas Portugal parece ter sido o de fazer valer o exclusivo legalmente obtido pelo seu antecessor Manuel Teixeira. António Coelho demonstrou, aliás, peculiar preocupação em garantir a sobrevivência dos instrumentos legais definidores do ofício de armas e da sua natureza oficial e indispensável para a manutenção da ordem social: conhece-se uma transcrição em pública-forma do regimento de nobreza de D. Manuel I, feita pelo tabelião Aurélio de Miranda a pedido deste rei de armas Portugal, datada de 1650<sup>52</sup>. Quando se consideram a vastidão e o

<sup>51</sup> NORTON, Manuel Artur, *A Heráldica em Portugal...*, vol. III, pp. 25-335.

<sup>52</sup> In *Do Governo de Portugal tomo II Das Casas dos Reys e das Raynhas*, BA 51-IX-3, fls. 82-95. Por este documento, fica-se a saber que o original do regimento manuelino era guardado no Cartório da Nobreza: "Saibam quantos este instrumento dado em publica forma com o treslado de hum livro ao diante declarado virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jhesus Christo de mil seiscentos, e sincoenta, em seis dias do mês de Mayo, na Cidade de Lisboa no paço dos Taballiães,

teor da obra de António Coelho, e bem assim a clara competição em relação aos esforços do seu contemporâneo António Soares de Albergaria, não parecerá demasiado atrevido atribuir àquele rei de armas algum sentimento de emulação, a que talvez não seja alheio o facto de o autor dos *Tropheos Lusitanos* se ter visto na obrigação de dar ao prelo a sua *Reposta a certas Obieções...* em 1634.

Não obstante o empenho contrário dos oficiais de armas, a matéria heráldica teimou em extravasar o âmbito restrito do Juízo da Nobreza. Quer durante a monarquia dual, quer no período subsequente à Restauração, verificou-se uma verdadeira profusão de obras exclusivamente dedicadas a tal assunto. Numerosos autores escreveram sobre o tema: em 1623, o padre João Salgado de Araújo coligiu as *Armas e Timbres dos reinos, cidades, villas, casas illustres, solares, e gerações de Hespanha e de muitos reinos, e partes do Mundo*<sup>53</sup>; em data incerta mas próxima de 1640, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha compilou um *Livro de Armaria*<sup>54</sup>, o doutor Manuel Barbosa um *Livro da Armaria d'este Reino*<sup>55</sup>, Cosme Ferreira de Brum uma *Armaria*<sup>56</sup> e o padre Mateus Peixoto Barreto uma *Collecção dos Braçoens que estão registados na Torre do Tombo*<sup>57</sup>; em 1641, o padre António Moreira Camelo reuniu um *Blasonario das Insignias dos Reinos*, ao qual veio a somar outra obra dedicada às *Armas e Famílias de toda a Espanha*<sup>58</sup>; em 1649, o inquisidor-mor D. Francisco de Castro escreveu uma *Armaria do Reino*<sup>59</sup>; e António de Torres coligiu em 1657 um

---

pareceu presente António Coelho Rey de armas Portugal Principal, e por elle me foi apresentado o ditto Livro, escripto em purgaminho, com suas taboas por fora, cubertas de veludo cramezim, e no principio as armas Reaes deste Reyno, com a serpentina em sima do Elmo, e ao pé dellas, e pela banda de fora, por sima, em as ilhargas posto a Esphera uzada neste ditto Reyno nas dittas armas delle, tudo aluminado, e esmaltado muito bem, de ouro, azul, vermelho, e branco, com suas feaduras, Do qual Livro, e o que nelle se conthem de verbo ad verbum he o seguinte = REGIMENTO DE NOBREZA QUE ELREY NOSSO SENHOR NOUAMENTE MANDOV FAZER =”.

<sup>53</sup> BNP, Cód. 13176. SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., p. LXXXVII dá notícia do autor, mas menciona apenas os trabalhos genealógicos, sem referência aos heráldicos; estes, em contrapartida, vêm referidos em outras bibliografias: MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo I, pp. 746-747 SILVA, Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito, *op. cit.*, tomo IV, pp. 343-344, tomo X, pp. 32-33; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 69.

<sup>54</sup> Manuscrito in-folio que pertenceu à livreria de D. António Álvares da Cunha, como todas as obras manuscritas deste autor. D. António Caetano de Sousa dá notícia do catálogo impresso da livreria de D. Rodrigo, que se guardava na livreria do conde de Vimieiro (LXXXIX). SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., pp. LXXXVII-LXXXIX; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. III, 36.

<sup>55</sup> D. António Caetano de Sousa refere-se-lhe dizendo que tinha “os escudos das Famílias deste Reyno illuminados”. SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., pp. LXX-LXXI; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, 175.

<sup>56</sup> Manuscrito em dois volumes in-folio, um com as armas das famílias ibéricas, iluminadas, e outro com a explicação delas. SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., p. LVII; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, p. 105.

<sup>57</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., p. LXXXI chama-lhe Mateus Peixoto Barros e não menciona obra heráldica; o que é corrigido por SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 219.

<sup>58</sup> No princípio do século XX, ambos os códices conservavam-se na livreria dos condes de Sabugosa. SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., p. CIII; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, p. 63.

<sup>59</sup> O manuscrito compreendia mais de 550 escudos de famílias portuguesas, iluminados e com a



volume de *Armas da Nobreza de Portugal*<sup>60</sup>.

Já na segunda metade do século XVII, foram também redigidas muitas obras de armaria: cerca de 1671, foi publicada a colectânea de gravuras heráldicas *Brasonário da Nobreza de Portugal*<sup>61</sup>, acompanhadas de curto texto introdutório, à semelhança do que António Soares de Albergaria havia feito quarenta anos antes. Os arquivos abarrotam de colectâneas diversificadas, sem datação certa e por vezes sem indicação de autoria: *Vocabulário Heraldico*<sup>62</sup>; *Arte de Armaria, e Brasões de Cidades e Villas de Portugal*<sup>63</sup>; *Brasões de famílias nobres portuguesas e europeias*<sup>64</sup>; *Armorial*<sup>65</sup>; *Armas de Portugal*<sup>66</sup>; *Brasões e armas das cidades, villas e gerações de Portugal*<sup>67</sup>; *Tractado de Armaria*<sup>68</sup>; *Papeis varios relativos a armaria: e maneira de formar as cores para os brasões*<sup>69</sup>; *Tractado de Armaria e Nobiliario*, encadernado juntamente com um *Livro das Armas do reino de Portugal*<sup>70</sup>; *Etimologias das armas de todos os principes, e principios de seos reinos*<sup>71</sup>. Sabe-se ainda que frei Jorge Cotrim

---

explicação de cada um deles, na parte inferior das folhas. O códice era encadernado a veludo, com chapas de prata dourada; em 1735, encontrava-se na livraria dos marqueses de Marialva, conforme identificação de D. António Caetano de Sousa: “então conheci, que era o referido, pela encadernação, e Armas de Castros, com a Roda de Santa Catharina por timbre, que eraõ as do Inquisidor Geral”. SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., pp. CX-CXI. Cfr. SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, p. 149.

<sup>60</sup> D. António Caetano de Sousa chama-lhe Afonso de Torres, e diz que deu fim aos seus livros de famílias por volta do ano de 1630; acrescenta que o autor costumava colaborar com Manuel Lobo da Silva, sendo ambos moradores em Montemor-o-Novo. “Esta obra, que saõ oito volumes grandes, tive por muitos annos em meu poder, de que se tirou huma copia em vinte volumes muito bem escritos, e com armas debuxadas, que eu conferi, e fiz algumas notas para D. Pedro de Lencastro, quinto Conde de Villanova.” SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., pp. LXXI-LXXII. A menção da obra exclusivamente heráldica vem em SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, p. 76.

<sup>61</sup> *Brasonário da Nobreza de Portugal. Manuscrito anónimo do séc. XVII...* No estudo introdutório com que se enceta esta edição (pp. vii-x), José Teixeira da Mota atribui a obra ao gravador João Gomes, de quem são, também, conhecidas outras produções heráldicas. Cfr. SOARES, Ernesto, *op. cit.*, vol. I, pp. 249 e 328. Ao contrário do precedente de Soares de Albergaria, esta colectânea reunia as armas das famílias nobres portuguesas, organizadas por ordem alfabética; a publicação em conjunto com as respectivas descrições heráldicas só ocorreu, contudo, na edição do século XX.

<sup>62</sup> BNP, Cód. 1141. Cfr. *Catálogo da Colecção de Códices. COD. 851-1500* (intr., catalogação e índices por Paulo J. S. Barata), Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 107.

<sup>63</sup> BPMP, Reservados, Ms. 498. Cfr. *Catálogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Catalogo dos Manuscriptos. Com repertorio alphabetico dos auctores, assumptos e principaes tópicos n’elles contidos. 3.º Fascículo = Mss. Nobiliarios*, Porto: Typographia A. F. Vasconcellos Succ., 1900, pp. 25-31.

<sup>64</sup> BNP, Cód. 1142. Cfr. *Catálogo da Colecção de Códices...*, p. 107.

<sup>65</sup> BPMP, Ms. 1695. O códice não apresenta qualquer indicação de título ou de autoria; apenas vem referenciado como tal na base de dados electrónica da BPMP.

<sup>66</sup> DGA/TT, Casa Cadaval, livros 5 e 6. Cfr. GAMA, Luís Filipe Marques da, *Genealogia e Heráldica. Fontes Documentais da Torre do Tombo. Guia da exposição Novembro/96 – Janeiro/97*, Lisboa: Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1996, p. 38, n.º 92 e 93. Segue-se o título mencionado nesta obra, embora o códice não tenha qualquer indicação de título ou de autor.

<sup>67</sup> BNP, Cód. 1152. Cfr. *Catálogo da Colecção de Códices...*, p. 109.

<sup>68</sup> BNP, Cód. 1143. Cfr. *Catálogo da Colecção de Códices...*, p. 107.

<sup>69</sup> BNP, Cód. 1144. Cfr. *Catálogo da Colecção de Códices...*, p. 107.

<sup>70</sup> BPMP, Ms. 433.

<sup>71</sup> BNP, Cód. 1459. Cfr. *Catálogo da Colecção de Códices...*, p. 234.

escreveu *Armas da Nobreza d'este Reino*<sup>72</sup>, o padre João Álvares um *Tratado das Armas das Familias de Portugal e Castella e de algumas de Italia*<sup>73</sup>, Don Juan Antonio de Vera y Figueiroa uns *Brazões e Armas das Cidades e Villas, e gerações de Portugal*<sup>74</sup>, Manuel Ferreira Botelho a colectânea *Cartas de Brazão d'Armas*<sup>75</sup>, Martinho Coelho de Almeida um *Livro de Brazoins*<sup>76</sup>, Pedro de Abreu de Figueiredo uma *Nobreza Portuguesa, e suas Armas*<sup>77</sup>, Aires de Sá e Melo uns *Brazoens*<sup>78</sup>, o cardeal D. Luís de Sousa uma *Noticia historica da origem de cada brazão*<sup>79</sup>, D. Miguel Carlos de Távora, segundo conde de São Vicente, um *Luzeiro de Armaria*<sup>80</sup>, e, no ano de 1676, frei Manuel da Purificação Magalhães coligiu os seus *Blasones de Portugal y de sus titulares com las insignias de las principales familias de Hespanha, y de sus ciudades*<sup>81</sup> e frei António de Santo Tomás um *Armorial Portuguez*<sup>82</sup>.

A produção de códices manuscritos de teor heráldico manteve ao longo do século XVIII uma notável constância. Assinalem-se, assim, o *Compendio breue*

<sup>72</sup> SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 86.

<sup>73</sup> IDEM, *Ibidem*, vol. II, pp. 29-30.

<sup>74</sup> BPMP, Ms. 487. Cfr. SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pp. 30-31

<sup>75</sup> IDEM, *Ibidem*, vol. II, p. 190, indica que esta obra era uma compilação extraída do arquivo da Torre do Tombo, em particular do Cartório da Nobreza e das obras na posse dos reis de armas do reino, dando ainda a informação de que o manuscrito esteve na posse de José Freire Mascarenhas Monterroio. Este mesmo Manuel Ferreira Botelho obteve, em 20 de Março de 1683, uma carta de armas. Cfr. BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira (compil., org. e índices), *Cartas de Brasão de Armas – Colectânea*, Lisboa: Guarda-Mór, 2003, p. 307.

<sup>76</sup> Manuscrito de 149 folhas, com 837 brasões iluminados, organizado por ordem alfabética e pertencente à livraria do conde de Castro e Solla. SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 218.

<sup>77</sup> IDEM, *Ibidem*, vol. III, p. 16. MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo III, p. 545 chama-lhe *Livro da Nobreza Portuguesa, e suas armas de Cidades, e homens brevemente explicadas*, referindo que o manuscrito pertencera à livraria do cardeal D. Luís de Sousa, da qual transitara para a dos duques de Lafões, seus herdeiros.

<sup>78</sup> Manuscrito de 122 folhas numeradas, tendo a 1.ª a assinatura do autor, com profusão de armas desenhadas à pena, pertencente à livraria do conde de Castro e Solla. SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. IV, pp. 36-37.

<sup>79</sup> Por ordem deste prelado, frei Simão de São José, religioso paulista, tirou cópia do *Livro da Armaria* conservado na Torre do Tombo e, conforme refere D. António Caetano de Sousa, “o Cardeal lhe acrescentou huma noticia historica breve da origem de cada hum dos Brazões, que se conserva com os muitos manuscritos, que ajuntou, na Casa de Arronches”. SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato” ..., p. CXXI; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 171.

<sup>80</sup> BNP, Cód. 1337.

<sup>81</sup> BMS, 19/7/6. Existem diversas cópias, uma das quais se encontra depositada na Torre do Tombo. Azevedo Soares dá notícia de que o autor escreveu *Blazões e Armas dos Reinos, e das Familias de Portugal e Castella*, manuscrito datado de 1660, com bela iluminura no frontispício, que compreendia 1607 iluminuras, e pertencia à livraria do visconde de Pindela; e refere outra cópia dos *Blazones de Portugal y sus titulares com las Insignias de las Principales Familias de Hespanya y de sus ciudades. Collegidos com harto afam de Chronicas, libros manu escrittos y papeles antiguos*, datada de 1676 e pertencente à mesma livraria. SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pp. 203-204.

<sup>82</sup> Manuscrito de 276 páginas, com 590 brasões de armas iluminados a cores, pertencente à livraria de Luiz Ferraz, de Barcelos. IDEM, *Ibidem*, vol. I, p. 73.

na materia da nobreza & fidalguia deste Reyno, de Manuel Álvares Pedrosa<sup>83</sup>; o *Enchyridion d'armaria e nobiliarchia* de frei Jerónimo de São Caetano<sup>84</sup>; o *Espelho da nobreza do Reyno de Portugal, onde se trata de todas as Dignidades Ecclesiasticas, e Seculares, Officios, e empregos da Caza real com Cathalogos dos seus Officiaes, e a noticia da Armaria, e diferença de Escudos, e dos foros da Caza*, de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck<sup>85</sup>; o *Erario Stematico Genealogico de Portugal e Castella* de Sebastião Bravo Botelho<sup>86</sup>; o código de *Brazões d'Armas* coligido por D. Tomás Caetano de Bem<sup>87</sup>; a *Colesam Lexicografica da Armaria do Reino* de D. Lourenço Huet Bacelar de Sotomaior Pinto<sup>88</sup>; o *Abecedario de seis centos, e trinta e tres escudos de varias armas, e brazoens da nobreza...* de frei Domingos de Santana<sup>89</sup>; e o anónimo *Mapa das coroas de que uzão os grandes & titullos, deste Reyno, conforme o Regimento da Armaria*<sup>90</sup>.

Mesmo já no final do Antigo Regime, continuavam a produzir-se obras manuscritas e iluminadas em tudo semelhantes às do século XVII, como o *Theatro Heraldico ou Livro da Armaria que contém os Brazões da Nobreza d'este Reino, e Conquistas pellos seus Apelidos*<sup>91</sup>, que João Pacheco Pereira compôs e iluminou em 1802; ou o *Troffeo Luzitano ou Tractado da Nobreza Civil, Politica, e Militar de Portugal, com a Arte de Brazonar os Escudos, segundo os preceitos das Regras Heraldicas, e dos mais illustrados Autores, que tractaram esta matéria* que frei Francisco de Santa Maria Maior Pacheco Pereira, filho do anterior, coligiu dois anos mais tarde<sup>92</sup>. A derradeira das compilações deste género terá sido o *Tesouro Heráldico de Portugal* escrito por António José Vaz Velho em 1820, em coincidência com a revolução que ditou o advento do liberalismo<sup>93</sup>.

Como se vê, é notória a disseminação dos códigos contendo matéria heráldica, patente na continuidade de produção de brasonários iluminados,

<sup>83</sup> De que existem várias cópias. Cfr. BMS 3/5/10, BNP Cód. 962, BNP Cód. 1151, BGUC, Cód. 490.

<sup>84</sup> SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 25.

<sup>85</sup> BNP Cód. 963. MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo II, pp. 300-301.

<sup>86</sup> MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo III, p. 681 informa que este manuscrito pertencia à livreria de José Freire de Monterroio Mascarenhas; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. III, p. 47.

<sup>87</sup> Segundo informação de Soares de Azevedo, tratava-se de um manuscrito encadernado de 189 folhas, contendo cerca de 700 armas primorosamente desenhadas e iluminadas, do qual diz este autor: "É a melhor obra que tenho visto em collecções particulares." Pertencia à livreria do conde de Castro e Solla. SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. IV, pp. 123-124.

<sup>88</sup> IDEM, *Ibidem*, vol. II, p. 152.

<sup>89</sup> De seu título completo *Abecedario de seis centos, e trinta e tres escudos de varias armas, e brazoens da nobreza das mais illustres familias e Das cores com que se esmaltão segundo as leis e normas da Armaria, deste mesmo Abecedario dividido em tres partes na primeira Mostrão-se os Escudos de varias armas, e Brazoens illustrez das Familias destes Reynos na segunda Admirão-se o Escudos de varias armas, e Brazoens nobilissimos de quarenta Monarchias do Orbe na terceira Declara-se sua intelligencia e definição e as cores com que se esmaltão com hum Index de tudo, das armas, Appellidos, e cognomes dos heroes mais avantajados que se contem neste abecedario dedicado ao Señor Jozé Vas Pereira Bracharensense pelo seu muito amado Irmão o P. Fr. Domingos de Sta. Anna. Pregador indigno filho da Real Provincia da Conceição de Portugal da mais estreita observancia do Serafim chagado São Francisco*, BNP, II. 224. O código está datado de 1771.

<sup>90</sup> BNP, Cód. 1153.

<sup>91</sup> BPMP, Ms. 248-249.

<sup>92</sup> BPMP, Ms. 253. Cfr. Carcavellos II, 61.

<sup>93</sup> VELHO, António José Vaz, *op. cit.*



bem como no hábito de realização de cópias manuscritas, o que levanta uma série de questões relativas aos hábitos de leitura, de escrita e de divulgação, nomeadamente quanto ao tipo de acesso aos originais, aos empréstimos entre particulares, à constituição de bibliotecas conventuais ou pessoais de eclesiásticos, fidalgos e magistrados, às redes de intercâmbio cultural<sup>94</sup>. No caso específico dos textos heráldicos, a amplitude do fenómeno de cópia produziu uma série de híbridos, pois os compiladores demonstravam amiúde um espírito mais somatório do que analítico ou crítico. Assim, são comuns os códices em que os dados de diversas fontes se vêem transcritos uns a seguir aos outros, mesmo que se repitam ou se contradigam entre eles, muitas vezes em desprimor de qualquer lógica de organização. No âmbito de uma análise mais aprofundada deste género de produção, seria essencial estudar as fontes das obras conhecidas, vindo a estabelecer um quadro geral de filiações.

Na dilatada e recorrente produção de manuscritos heráldicos, terá havido algum género de novidade em relação às obras congêneres anteriores? Certamente, continuaram a existir colectâneas de armas cujo perfil era copiado dos brasonários medievais: amálgama de armas reais ou fantasiosas, cobrindo diversas realidades representadas (reinos, famílias, pessoas) sem grande preocupação de sistematização e muito menos de explicação simbólica das armas. Mas, no cômputo geral, surgiram algumas diferenças de vulto. Em primeiro lugar, pela quantidade de autores que se dedicaram à produção de obras de natureza mais analítica do que meramente arroladora. Redigiram-se, neste âmbito, tratados cujo modelo remoto foi, no caso português, fornecido não tanto por Bártolo da Sassoferrato<sup>95</sup> ou pelo arauto Sicília, mas antes por Pedro de Gracia Dei e pelo seu difusor António Rodrigues, rei de armas Portugal. Em tais obras, transparece a intenção de apresentar o modelo de um saber organizado e hierarquizado, dotado de regras complexas e imutáveis que provinham da noite dos tempos, pois, muito para lá da época medieval, remontavam à Antiguidade clássica, por vezes aos primórdios bíblicos. A heráldica havia-se adaptado à noção de “ciência heróica”<sup>96</sup>, assumindo o pressuposto de que as armas deviam remeter para uma leitura simbólica relacionada com um determinado feito: “todas las armerías - se pensaba - tenían sin duda un origen de esta clase; en sua figuras y colores se había de leer una acción heroica”<sup>97</sup>. Poderá aventar-se

<sup>94</sup> Sobre estas questões, veja-se LISBOA, José Luís, “Gazetas feitas à mão”, in IDEM; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, s.d.: Edições Colibri / Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 13-42.

<sup>95</sup> Cfr. RODRÍGUEZ VELASCO, Jesús D., “El *Tractatus de Insigniis et Armis* de Bartolo y su influencia en Europa (com la edición de una traducción castellana cuatrocentista)”, *Emblemata. Revista Aragonesa de Emblemática*, vol. II, 1996, pp. 35-70.

<sup>96</sup> A expressão foi veiculada a partir de meados do século XVII pela obra de LA COLOMBIÈRE, Marc Vulson, sieur de, *La Science héroïque, traitant de la noblesse, de l'origine des armes, de leurs blasons et symboles*, Paris: S. et G. Cramoisy, 1644, que veio a ser reeditada em 1669.

<sup>97</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*, Madrid: Real Academia de la Historia, 1993, p. 25.

a hipótese de este modelo organizacional resultar da ideia de correspondência do sistema heráldico como próprio e identificativo de uma camada social que se auto-representava em moldes semelhantes, pois cultivava a imagem de uma origem remota ou mesmo fabulosa<sup>98</sup>. Nesse âmbito, é de salientar, na esteira de Roberto Bizzocchi, a necessidade de se enquadrar a produção genealógica – entre a qual se deve incluir a elaboração de genealogias imaginárias – na funcionalidade social e por vezes política que ela desempenhava<sup>99</sup>.

Além da questão da origem, a nobreza procurava ou alegava distinguir-se por uma série de práticas e regras de conduta que a exaltavam acima do comum, como os códigos de cavalaria e as noções de honra e de sangue<sup>100</sup>; ora, tais códigos encontravam-se representados, precisamente, na iconografia própria da heráldica. Isto era verdade não só pelo nítido carácter medieval do sistema, que remetia directamente para um tempo primordial na organização da memória colectiva da nobreza e específica de cada linhagem, como ainda pela própria estruturação da linguagem e do saber convencional da heráldica (assim, por exemplo, o escudo continuou a ser o suporte figurativo preferencial das armas; os ornamentos exteriores privilegiavam partes do equipamento guerreiro, como o elmo, as correias, o paquife e o virol; as partições fundamentais do escudo eram obtidas pelos quatro “golpes de espada” e suas conjugações; as designações dos lados eram invertidas para se adaptarem à óptica do cavaleiro com o escudo no braço, ou seja, a dextra corresponde à esquerda do observador, a sinistra à sua direita; etc.). No que respeita à composição das armas, há que notar que, apesar da introdução de algumas figuras novas, de uma gradual alteração dos cromatismos dominantes e da complexidade crescente das combinações existentes dentro de um mesmo escudo, a Idade Moderna não trouxe alterações de substância: continuaram a usar-se as partições e as figuras medievais. Muitas vezes, tais modelos prolongavam-se mesmo depois de perdida a chave referencial que permitiria compreender o significado dos sinais representados nas armas; mas, por estranho que isso possa parecer aos nossos olhos, este aspecto não constituía uma falha, antes quase uma mais-valia, pois era entendida como sinal de antiguidade das armas e, por conseguinte, da linhagem que as ostentava. Todos estes aspectos contribuíam para que o homem moderno tomasse, de forma crescente à medida que se avançava cronologicamente (ou seja, à medida que se apartava da génese medieval da armaria), a heráldica como sistema complexo e nebuloso, mas por isso mesmo comprovador da vetustez e das idiossincrasias da nobreza em geral e de cada estirpe em particular

<sup>98</sup> A construção de genealogias míticas é um fenómeno recorrente, que remete para um herói considerado como fundador da linhagem, geralmente pertencente à Alta Idade Média (godos, asturianos, leoneses, cruzados), preferencialmente de sangue principesco, às vezes mesmo com raízes na Antiguidade romana ou em criaturas fantásticas. Para uma visão genérica das lendas genealógicas portuguesas, consulte-se BOBONE, Carlos, “Lendas familiares”, *Armas e Troféus*, VIII série, tomo II, Jan.-Dez. 1998, pp. 19-50.

<sup>99</sup> BIZZOCCHI, Roberto, *Genealogie incredibili. Scritti di storia nell'Europa moderna*, Bologna: Società editrice Il Mulino, 2009.

<sup>100</sup> Cfr. SCHALK, Ellery, *L'épée et le sang. Une histoire du concept de noblesse (vers 1500 - vers 1650)*, Mayenne: Champ Vallon, 1996 (1.ª edição, em inglês, 1986), *maxime* pp. 121-142.

No entanto, para além desta aceitação de um certo carácter hermético e obscuro da heráldica, cuidadosamente cultivado, verificou-se também, no homem moderno, a vontade de completar a enumeração de regras e de aspectos técnicos do brasão com a explicação histórico-simbólica das armas. A heráldica passou, deste modo, a ser submetida a uma dupla visão mítica e histórica, com vista a desempenhar o seu papel de sistema plástico que representava, tanto pelo conteúdo como pela forma, a desigualdade social baseada na existência dum corpo privilegiado, a nobreza. Os tratados passavam a procurar atribuir determinados significados às figuras heráldicas, por vezes mesmo às partições. Mas, mais do que estas explicações simbólicas mais ou menos fantasiosas, mais ou menos estereotipadas, também o aspecto visual diferenciado das armas correspondia, de certo modo, à ideia de desigualdade de representação. A heráldica fornecia a todos a hipótese de exhibir a sua pertença a um determinado estado social (sendo, nesse sentido, semelhante à etiqueta, e aos sistemas de precedências que vigoravam na corte como, em geral, na sociedade do Antigo Regime); e, em simultâneo, de marcar a individualidade da sua estirpe, da sua Casa, com a pública expressão não só dos privilégios específicos desta, como também do seu percurso histórico (origens, feitos militares ou cívicos, ligações genealógicas, relações de vassalagem ou de fidelidade). Deve notar-se, aliás, que os oficiais de armas, responsáveis, pelo menos teoricamente, pela definição e pela aplicação das normas da armaria, desempenharam também importantes funções protocolares nas cortes régias ao longo de todo o Antigo Regime e mesmo, por vezes, até à actualidade<sup>101</sup>.

Daí decorreu a insistência nas leis que supostamente regiam a armaria, que a organizavam num sistema hierarquizado, bem como a legislação heráldica propriamente dita, que formava o corpo do direito heráldico. A heráldica afirmava-se como *imagem* estruturante da sociedade, tornando-se numa projecção do que a Coroa e as diversas categorias da nobreza entendiam, aparentemente em conjunto, que devia ser o espelho de uma ordem social e política ideal, baseada na desigualdade e no privilégio. É de realçar que a vontade de tornar a heráldica num sistema ordenado, hierarquizado e submetido à autoridade dos oficiais de armas (e, por via deles, à do rei) tinha também outro género de repercussões, no sentido de contribuir para o carácter controlável desta forma de representação. Tal dimensão contrastava violentamente com os antigos sinais presentes nos ordenamentos dos escudos medievais, formados sem recurso a qualquer guião de significados específicos, cuja composição não era compatível com uma hierarquização ou sequer com uma explicação simbólica universal. Pelo contrário, as criações heráldicas modernas ou se limitavam a retomar as antigas, completando-as com ornamentos exteriores de forma a poder evidenciar a sua inserção numa determinada hierarquia, ou recorriam explicitamente a um figurino pré-determinado, tornando nítido o entendimento simbólico

<sup>101</sup> Para uma caracterização social dos oficiais de armas durante o Antigo Regime, e para a definição das suas funções efectivas, veja-se PARRY, Christophe, *Les héralds d'armes à l'époque moderne*, Paris: Guénégaud, 2005.

subjacente às armas.

Além dos livros especificamente dedicados à armaria, não se revelou menos fecunda, no século XVII, a produção de obras em que a matéria heráldica se conjugava com a nobiliárquica e a genealógica. Logo em 1631, Álvaro Ferreira de Vera abriu o precedente com a publicação do livro *Origem da Nobreza Política, Blasoens de Armas, Appellidos, Cargos, e Titulos Nobres*<sup>102</sup>. Como o título indica, a obra centrava-se na definição histórica e na conceptualização dos diversos graus de nobreza; a armaria surgia como uma espécie de complemento destinado a ilustrar as diferenças de graduações nobiliárquicas. Deste modo, a obra revelava como o espírito normativo se havia tornado dominante, pois a matéria heráldica aparecia inserida como a representação das escalas e das relações hierárquicas explanadas. Ferreira de Vera, de resto, editou também, no mesmo ano, uma *Ortographia, ou modo para escrever certo na lingua Portugueza com hum Tratado da Memoria artificial; outro da muita semilhaça que tem a lingua Portugueza com a latina*; e, segundo informação de Diogo Barbosa Machado, deixou manuscrito um *Cortezão Perfeito*, sem dúvida glosado da clássica obra do conde Baldassare Castiglioni<sup>103</sup>. Perpassa pois pelas três obras um idêntico objectivo normativo, regulador, uma semelhante procura de fixar regras e relações de subordinação.

O modelo lançado por Álvaro Ferreira de Vera teve importantes continuadores, entre os quais se deve mencionar o padre Manuel de Castro de Araújo, autor do *Nobiliario de Brazoens de Reinos e Familias*<sup>104</sup>. Mas o mais importante de todos foi o desembargador António de Vilas-Boas e Sampaio, que em 1676 publicou a *Nobiliarchia Portugueza. Tractado da Nobreza hereditaria e politica Offerecido ao ex.mo sr. D. João da Silva, Marquez de Gouvêa*. Nesta obra, o autor centrou a sua atenção na doutrina nobiliárquica, deixando para o fim uma série de capítulos heráldicos, que compreendiam uma dimensão histórica geral, outra mais específica sobre a armaria portuguesa, um tratado de armaria e um armorial da nobreza portuguesa. O sucesso da obra pode avaliar-se pelas suas sucessivas reedições em 1708, 1727 e 1754, sendo estas duas últimas corrigidas e acrescentadas<sup>105</sup>. A importância da obra de António de Vilas-Boas e Sampaio não deriva do seu carácter inovador, mas antes da circunstância de não ter ficado em forma manuscrita: deste modo, a *Nobiliarchia Portugueza* passou a

<sup>102</sup> VERA, Alvaro Ferreira de, *Origem da Nobreza Política, Blasoens de Armas, Appellidos, Cargos, e Titulos Nobres*, Lisboa: por Mathias Rodrigues, 1631.

<sup>103</sup> MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo I, pp. 102-103.

<sup>104</sup> *Nobiliario de Brazoens de Reinos e Familias feito pello Licenciado Manoel de Araujo de Castro, da Villa de Monção, Reitor da Igreja de São Pedro de Merufe, e Comissario do Santo Officio, e Juis Comissario da Santa Cruzada. No qual se contem a regra de Armaria a Cores, Copia dos Prelados de Portugal e Castella, dos Titulares, e suas rendas, e dos de Castella, erecção das Ordens Militares, e Copia de muitas Comendas, e Renda, Dignidades seculares desde Emperador até o de Fidalgo*. Está actualmente inserido no *Apparato Genealogico Uniuersal, ou Collecção de Memorias para a Genealogia Geral das Familias deste Reino, DGA/TT, Genealogias Manuscritas*, Ms. 21 E 17.

<sup>105</sup> Deste modo, a 1.ª edição é de Lisboa: por Francisco Villela, 1676; a 2.ª edição, Lisboa: por Philippe de Sousa Villela, 1708; a 3.ª edição, *Novamente correcta, emendada e accrescentada com as armas das familias e cidades principaes d'este reino, e outras cousas curiosas*, Lisboa: na Officina Ferreyriana, 1727; e a 4.ª edição, Lisboa: á custa de Manuel Antonio Monteiro de Campos, 1754 (por vezes, para esta, vem Amstradam como local de edição).

atingir um vasto público leitor, ou simplesmente detentor de livros, tornando-se num “dos tratados de nobreza mais citados e referenciados em Portugal”<sup>106</sup>. A obra demonstrava de forma implacável a existência de um direito às armas independente de qualquer concessão ou reconhecimento régio, ou seja, procurava directamente cercear a autoridade dos oficiais de armas. Logo na apresentação da matéria, o autor delimitava quatro causas ou origens das armas:

“A primeira porque todo o Cavalleiro se conhecesse na batalha pelo sinal, e divisa do seu escudo, e vendo se em algum aperto, ou trabalho fosse socorrido, e animado do seu Capitaõ: e sabendo que pela divisa o conheciaõ, peleijasse obrogado da vergonha fazendo mais caso da honra que da vida. A segundo causa foy por memoria, lembrança, ou reverencia de algum bom agouro, persagio, anuncio, prodígio, sinal, ou caso notavel, que succedeo aos primeiros authores, como a Aguia de Júpiter, que conservaõ os Emperadores, e a Cruz, que trazem por Armas muitas Familias; a respeito de outra que foy vista na batalha das Navas de Tolosa, em que se acharaõ seus progenitores. A terceira causa, foy por significaçaõ, e memoria de algum feito assinalado, em especial bellico, e façanha digna de lembrança, que em algum notavel caso, batalha ou trance de armas passou. A quarta, foy por sinal de nobreza, e fidalguia, e porque os de tal linhagem, ou Familia, fossem conhecidos, e assinados com aquellas divisas, e insignias.”<sup>107</sup>

Nas quatro causas apontadas para o surgimento das armas, verificava-se portanto a ausência de qualquer intervenção de oficiais de armas. Ao longo de todo o discurso que desenvolveu acerca da matéria heráldica, Vilas-Boas e Sampaio manteve a mesma postura, não mencionando sequer a criação do ofício de armas. A única fugaz referência a estes oficiais surgia associada às disposições manuelinas:

“ElRey D. Manoel, que neste Reyno foy o primeiro que poz em termos o uso das Armas, mandou ás Cortes do Emperador, e dos Reys de França, e Inglaterra, saber o modo, e costume, que estes Principes praticavaõ nesta materia, para com elles se conformar, e deu aos Reys de Armas, Faraute [sic], e Passavantes o regimento, de que hoje usaõ em seus officios. [...] E mandou fazer hum livro da mesma materia, que se guarda na Torre do Tombo, onde o vi, ainda que está imperfeito, e faltaõ nelle as Armas de muitas Familias,

<sup>106</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, s.l.: Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p. 334.

<sup>107</sup> SAMPAYO, Antonio de Villas Boas e, *Nobiliarchia Portugueza. Tratado da Nobreza Hereditária, e Política, Autor Antonio de Villas Boas e Sampaio, da Villa de Barcellos, agora novamente correctá, emendada, e acrescentada com as Armas das Familias, e Cidades principaes deste Reyno, e outras cousas curiosas. Offerecida ao Senor Joaõ Pinheiro da Fonseca. Cavalleiro profeço na Ordem de Christo, Lente que foy de Leys na Univercidade de Coimbra, Collegial, e Reitor do Collegio Pontificio, Deputado da Relação Fiscal da Inquisição da mesma Cidade, Desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação, Juiz dos Cavalleiros das Tres Ordens militares, e Conservador da Nação Britanica na Corte. Por Manoel Antonio Monteiro de Campos, e á sua custa impresso, Amstradam: s.n., 1754, pp. 183-184.*

porque também nos Reys seus successores faltou este cuidado, e não se continuou este zelo.”<sup>108</sup>

Não podia ser mais clara a crítica à ineficiência dos oficiais de armas. Mas, além dela, o que transparecia da leitura integral da obra de Vilas-Boas e Sampaio era a noção de que, mediante a aquisição de conhecimentos em armaria, qualquer um podia gizar as suas armas, desde que tivesse direito a elas. Nesse sentido, a *Nobiliarchia Portugueza* estava estruturada como um manual prático não só de brasão, mas também dos elementos necessários para a composição das armas do leitor interessado: por isso trazia um capítulo referente às regras de organização do escudo, intitulado “Da Ordem com que se ha de formar o escudo das Armas das Cores, e Metaes, e sua significação, do Elmo, Paquife, e Timbre, e a forma em que se poem as Armas das Pessoas Reaes, Principes, Infantes, Titulos, Ecclesiasticos, e as mais pessoas, e porque causas se perdem, e o que seja Chefe de linhagem”<sup>109</sup>. Não se tratava, de modo algum, de um capítulo teórico: com base na legislação vigente, mas também na autoridade de juristas consagrados, Vilas-Boas e Sampaio dava a receita para qualquer leitor poder formar as suas armas, incluindo a importante matéria da ligação das insígnias à transmissão de património vinculado (morgados e capelas).

No final, o autor incluía um breve armorial organizado por apelidos, em ordem alfabética e com uma mera descrição das respectivas armas, no qual o interessado tinha à sua disposição a informação necessária acerca dos brasões com que poderia compor o seu escudo... E o autor estava atento, ainda, aos efeitos legais que o uso de armas comportava: “Pelos Armas se prova o dominio da Capella, sepultura, ou edificio, em que estão fixas [...] E não lhas poderaõ tirar, nem enterrarse ahi outra pessoa”<sup>110</sup>. Dava-se, deste modo, uma certa inversão na relação entre os armígeros e as suas insígnias: ao passo que, para os oficiais de armas e para a Coroa, os indivíduos deviam fazer prova do seu direito às armas e obter da autoridade idónea o respectivo reconhecimento, para poderem fazer público uso delas, já para Vilas-Boas e Sampaio, cuja obra peca por omissão em relação a esta matéria, o uso das armas próprias de um indivíduo manifestavam e marcavam publicamente o seu domínio sobre determinados bens patrimoniais, servindo mesmo de prova. Tal entendimento remete para uma questão fundamental nos estudos heráldicos, que é a de eleger como objecto de estudo não tanto as armas num sentido abstracto, ou seja, no seu ordenamento teórico, mas nas suas manifestações plásticas concretas e como instrumento de representação e de comunicação social, conforme aponta Faustino Menéndez Pidal<sup>111</sup>.

<sup>108</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 189.

<sup>109</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 218-227.

<sup>110</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 225.

<sup>111</sup> Este autor chama a atenção para o facto de os esforços interpretativos dos heraldistas se terem, até ao presente, centrado no significado abstracto das armas. Ora, os significados apenas fazem sentido em determinados contextos, estando subordinados à respectiva rede de concepções; mas as formas plásticas, pelo contrário, são trasladadas sem dificuldade e sem levar necessariamente com elas qualquer tipo de significação. As formas heráldicas possuem, assim, uma vida autónoma,



Seguindo a mesma lógica de associação recorrente à heráldica, as obras genealógicas usavam a armaria como forma de caracterizar cada uma das estirpes de que iam descrevendo as gerações sucessivas. Por isso, não será de estranhar que diversos nobiliários incluíssem as descrições das armas das famílias abordadas: era o caso do *Nobiliario dos Reis de Portugal e Famílias que deles descendem* e dos *Titulos de algumas famílias de Portugal* do secretário de Estado José de Faria<sup>112</sup>, das *Famílias do Reyno de Portugal* de Tristão Guedes de Queirós<sup>113</sup>, do *Nobiliario de famílias portuguezas* de Manuel Álvares de Lousada<sup>114</sup>, do anónimo *Catálogo das gerações que tem seus solares nas provincias donde tomarão os nomes*<sup>115</sup>, da *Memoria da antiguidade de algumas famílias nobres e dos escudos de sua nobreza que herdarão e por feitos serviços alcançarão*<sup>116</sup>, do código *Genealogia*<sup>117</sup>, do *Nobiliario genealogico das famílias illustres de Portugal*<sup>118</sup>, da *Miscelanea de varia historia*<sup>119</sup>, e de inúmeras outras obras do mesmo género.

Além destas obras genealógicas e nobiliárquicas, vieram outrossim a lume, desde o período filipino, diversas obras de temática diversificada, nas quais se incluíam descrições sistemáticas de armas, formando o que Michel Pastoureau chamou *armoriais secundários*, ou que, por vezes, compreendiam mesmo um tratado de armaria ou um vocabulário heráldico. Assim, ainda em finais do século XVI, os *Dialogos de Historia Varia* de Pedro de Mariz incluíam um capítulo dedicado às armas das cidades portuguesas<sup>120</sup>. Mas o exemplo mais significativo poderá colher-se na empresa de reconstrução da história nacional portuguesa empreendida sob a égide dos frades alcobacenses, publicada a partir de 1597 sob o título de *Monarchia Lvsitana*. Nota-se no conjunto da obra uma significativa presença da armaria. É certo que no primeiro volume, editado por frei Bernardo de Brito, não figurava tal matéria<sup>121</sup>; e que no segundo, publicado pelo mesmo frade em 1609, apenas apareciam escassas referências heráldicas (três, ao todo)<sup>122</sup>. Já o terceiro tomo, editado por frei António Brandão em 1632,

---

desligada de significado mas dotada de funcionalidade social, cuja permanência acabou por influenciar o repertório usado no sistema heráldico. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*, Madrid: Real Academia de la Historia, 1993, p. 43.

<sup>112</sup> Respectivamente BNP, Cód. 976; BNP, Cód. 1040. Cfr. MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo II, p. 779. Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, pp. 63 e 79.

<sup>113</sup> BNP, Cód. 978. Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, p. 64.

<sup>114</sup> BNP, Cód. 1009-1015, "em forma alphabetica disposto por D. Thomaz Caetano de Bem, Clerigo Regular". Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, p. 71.

<sup>115</sup> BNP, Cód. 1057. Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, p. 84.

<sup>116</sup> BNP, Cód. 1335. Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, p. 148.

<sup>117</sup> BNP, Cód. 1356. Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, pp. 153-154.

<sup>118</sup> BNP, Cód. 1134. Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, p. 103.

<sup>119</sup> BNP, Cód. 1500. Cfr. *Catálogo da Coleção de Códices...*, p. 256.

<sup>120</sup> MARIZ, Pedro de, *Dialogos de Varia Historia, em que se referem as vidas dos Senhores Reys de Portugal, com os seus Retratos: e noticias dos nossos Reynos, e Conquistas, e vários sucessos do Mundo*, Coimbra: Officina de Antonio de Mariz, 1594.

<sup>121</sup> Para o que contribuiu o facto de tal volume tratar da Antiguidade. BRITO, Fr. Bernardo de, *Monarquia Lusitana. Parte primeira* (intr. de A. da Silva Rego, notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves), Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

<sup>122</sup> BRITO, Fr. Bernardo de, *Monarquia Lusitana. Parte segunda* (intr. de A. da Silva Rego, notas de A. A.

apresentava uma assinalável profusão de alusões heráldicas, que incluíam tópicos como a origem geral dos brasões<sup>123</sup>, do ofício de alferes<sup>124</sup>, das armas reais portuguesas<sup>125</sup>, das da cidade de Lisboa<sup>126</sup>, de diversas ordens militares<sup>127</sup>, o significado de várias figuras<sup>128</sup>, além da descrição das armas de nada menos que 73 famílias portuguesas<sup>129</sup>. Este verdadeiro brasonário das famílias nobres de Portugal era completado no quarto volume, coligido pelo erudito cisterciense e dado à estampa no mesmo ano do anterior: além de referir as armas de outras 43 estirpes<sup>130</sup>, frei António Brandão descrevia as de 13 titulares portugueses e espanhóis<sup>131</sup>, de três municípios<sup>132</sup> e demorava-se na explicação da origem e significado das armas reais portuguesas e navarras<sup>133</sup>. O continuador da obra, frei Francisco Brandão, mostrou-se menos propenso aos temas heráldicos: na quinta parte da *Monarchia Lusitana*, vinham descritas nove armas de famílias<sup>134</sup> e duas de municípios<sup>135</sup>; ao passo que no tomo seguinte o mesmo autor se referia a nove armas de família<sup>136</sup> e apenas a um município<sup>137</sup>, tratando outrossim das insígnias de quatro ordens militares<sup>138</sup>. Por fim, os responsáveis pelos dois últimos tomos deram continuidade aos temas heráldicos: frei Rafael de Jesus, em 1683, tratou dos usos heráldicos na aclamação e nas cerimónias fúnebres dos reis de Portugal<sup>139</sup>, das bandeiras presentes na batalha do Salado e da instituição da Ordem da Banda por Afonso XI de Castela e Leão<sup>140</sup>; ao passo que frei Manuel

---

Banha de Andrade e M. dos Santos Alves), Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975. As referências heráldicas tratam da origem das armas da cidade de Coimbra (fl. 149), das armas reais de França (fl. 186v.) e das da família Távora (fls. 373-374v.).

<sup>123</sup> BRANDÃO, Fr. António, *Monarquia Lusitana. Parte terceira* (intr. de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos), Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, fl. 132.

<sup>124</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 73.

<sup>125</sup> IDEM, *Ibidem*, fls. 131, 202-203.

<sup>126</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 247v.

<sup>127</sup> Calatrava (ou São Julião do Pereiro), Avis, São Miguel da Ala e Santiago. IDEM, *Ibidem*, fls. 190, 205, 242v., 249.

<sup>128</sup> Nomeadamente cruces, crescentes, estrelas, vieiras, pendão e caldeira. IDEM, *Ibidem*, fls. 42, 132, 132v.

<sup>129</sup> IDEM, *Ibidem*, fls. 43, 57-60v., 105-106, 116, 124v.-125v., 132-132v., 134v., 160-161, 165v., 173-174, 186, 201, 216, 220v., 225, 232-234v., 260-260v.

<sup>130</sup> BRANDÃO, Fr. António, *Monarquia Lusitana. Parte quarta* (intr. de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos), Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974, fls. 56, 59-60, 72-72v., 79-80, 95v.-96, 120v.-121, 123, 125v., 154v., 174-176v., 201v., 234v., 251-254.

<sup>131</sup> IDEM, *Ibidem*, fls. 34-34v., 80-80v., 96, 120-120v., 176.

<sup>132</sup> Celorico da Beira, Linhares e Moura. IDEM, *Ibidem*, fls. 6-8, 98.

<sup>133</sup> IDEM, *Ibidem*, fls. 72, 229-229v.

<sup>134</sup> BRANDÃO, Fr. Francisco, *Monarquia Lusitana. Parte quinta* (intr. de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos), Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976, fls. 34v., 88v., 218v., 229, 232, 293, 297v., 300.

<sup>135</sup> Porto e Melo. IDEM, *Ibidem*, fls. 3, 216v.

<sup>136</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 59, 72, 87, 114, 141, 168, 282, 413-414, 437.

<sup>137</sup> Novamente Coimbra, retomando a explanação de frei Bernardo de Brito. IDEM, *Ibidem*, p. 4.

<sup>138</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 104, 304-305.

<sup>139</sup> JESUS, Fr. Rafael de, *Monarquia Lusitana. Parte sétima*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, pp. 211-220.

<sup>140</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 471-475, 487.



dos Santos, já em 1727, completou o quadro com mais oito armas de famílias<sup>141</sup> e breves apontamentos sobre a bandeira e o selo de João I de Castela como rei de Portugal<sup>142</sup>. Deste modo, verifica-se que os autores da *Monarchia Lusitana*, em especial frei António Brandão e seu sobrinho frei Francisco, não só consideraram com cuidado a matéria heráldica, como a incorporaram no seu relato da história de Portugal. Na prática, os patriotas cistercienses não andaram longe do conceito de António Soares de Albergaria: a heráldica transparecia como uma série de sinais evocativos de episódios históricos, como um sistema plástico de memória conjunta das famílias e das instituições (administrativas, religiosas, militares) que, segundo o ponto de vista vigente, haviam participado na construção da monarquia portuguesa.

Semelhante entendimento encontrava-se por vezes explícito em obras não propriamente históricas, mas apologéticas. Assim, no seu bem nomeado *Parallos de Principes, e Varoens Illustres Antigos a que muitos da nossa Nação Portugeteza se assemelharão em suas obras, ditos, e feitos...*, Francisco Soares Toscano compunha um quadro de heróis portugueses, estabelecendo as equivalências possíveis em relação à história bíblica e à tradição clássica greco-romana<sup>143</sup>. As menções heráldicas apareciam como exemplificações de feitos heróicos perpetrados pelos fundadores de linhagens ou pelos expoentes mais gloriosos delas<sup>144</sup>. Nesse mesmo sentido se deve procurar entender a publicação de obras que glosam a mensagem simbólica das armas reais de Portugal, apresentadas como sinal congraçador dos portugueses em redor da instituição e da dinastia régias. O tema da origem sobrenatural das quinas, relacionadas com o milagre de Ourique, remonta longe na cronística portuguesa, pois já o conde D. Pedro se lhe havia referido em 1344; e Vasco Fernandes de Lucena centrara nele a oração de obediência<sup>145</sup> de D. João II ao Papa Inocência VIII. A partir da segunda metade do século XVI, este tema, além de continuar a aparecer em obras gerais, torna-se objecto de publicações autónomas, como o poema *Monomachia Navis Lusitaniae, & Insignia Regum Lusitaniae* de Aquiles Estaço<sup>146</sup>, ou os livros *Escudo Real de*

<sup>141</sup> SANTOS, Fr. Manuel dos, *Monarquia Lusitana. Parte oitava*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 139, 171, 184, 256, 403, 435, 702.

<sup>142</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 445, 499.

<sup>143</sup> TOSCANO, Francisco Soares, *Parallos de Principes, e Varoens Illustres Antigos a que muitos da nossa Nação Portugeteza se assemelharão em suas obras, ditos, e feitos: com a origem das Armas de algumas familias deste Reyno*, Évora: Por Manoel de Carvalho, 1623.

<sup>144</sup> Assim, vinham explicadas as origens sagradas ou heróicas das armas reais de Portugal e do Algarve (pp. 2-4), da Casa de Bragança (dedicatória), das famílias Pereira (pp. 2 e 287-288), Faria (p. 88), Vasconcelos de Vilalobos (pp. 178-180), Costa e Corte-Real (pp. 193-194), Macedo (pp. 204-205), Bandeira (pp. 245-247), Cogominho (p. 254), dos condes da Vidigueira (p. 272) e da cidade de Évora (pp. 252-254). Segue-se a segunda edição da obra (Lisboa Occidental: Na Officina Ferreiriana, 1732).

<sup>145</sup> *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Inocência VIII dita por Vasco Fernandes de Lucena em 1485* (edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses), Lisboa: Edições Inapa, 1988.

<sup>146</sup> ESTAÇO, Aquiles, *Achillis Statii. Lvsitani Oratio, Oboedientialis Sebastiani. I. Regis Lvsitaniae. Nomine Habita Eiosdem Monomachia. Navis. Lvsitaniae. Et Insígnia Regvm Lvsitaniae Versib. Descripta com Licentia Superiorvm*, Romae: Apud Iosephum de Angelis, 1574. Cfr. PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica /

*Portugal, sua explicação* de Gaspar Álvares de Lousada Machado<sup>147</sup> e *Scutum Armorum Regis* de João Pinto Ribeiro<sup>148</sup>. Saliente-se que os autores mencionados desempenhavam funções oficiais, o primeiro como orador da embaixada do rei D. Sebastião junto do Papa Gregório XIII, os segundos como guardas-mores da Torre do Tombo. Se somarmos a esta circunstância o facto de duas destas obras se encontrarem escritas em latim, será fácil depreender que elas se destinavam a cumprir uma missão de promoção das armas reais como símbolo de um devir histórico sagrado específico da Coroa portuguesa. No caso de João Pinto Ribeiro, essa forma de propaganda não se deve dissociar do esforço de recuperação e de valorização da emblemática régia portuguesa<sup>149</sup> no conturbado período que se seguiu à Restauração de 1640. Esse enquadramento manteve-se ao longo do Antigo Regime, e mesmo para lá dele, manifestando-se quer dentro dos limites do reino, quer no estrangeiro, como mostra a obra que Jacob Wilhelm Imhof publicou sobre o assunto em 1708<sup>150</sup>.

Também no âmbito das descrições corográficas do reino irrompeu a heráldica. Logo no dealbar do século XVII, o *Summario das comarcas que há n'este reino de Portugal, com as correições, cidades e outras cousas notaveis e curiosas que n'ellas há*, de José Martins Ferreira, traria menção das armas das cidades abrangidas<sup>151</sup>. Mas deve-se a Rodrigo Mendes Silva a publicação da *Población General de España*, vinda a lume em 1645 e reeditada trinta anos mais tarde<sup>152</sup>, primeira corografia portuguesa em que se procurou realizar um levantamento sistemático da heráldica dos municípios. A obra dividia-se pelos diferentes reinos peninsulares, ficando o de Portugal compreendido entre os fólhos 113v. e 154; dentro do capítulo português, adoptava uma ordem hierárquica nítida, pois começava pela capital, seguindo-se as cidades episcopais, as vilas organizadas segundo o critério geográfico das comarcas (retomando, dentro de cada uma destas, o princípio hierárquico, consoante o assento que cada povoação tinha em cortes), e por fim os lugares. Ao todo, vinham descritas as armas de 18

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 47-75.

<sup>147</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, "Apparato"..., pp. LXXV-LXXVII; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, pp. 183-184.

<sup>148</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, "Apparato"..., pp. C-CI (sem mencionar obra heráldica); MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo II, pp. 722-724.

<sup>149</sup> Além da valorização da sacralidade das armas reais, são nesta época recuperados numerosos outros elementos emblemáticos, como a esfera armilar, o pelicano, a cruz da Ordem de Cristo, a serpe alada / dragão. Cfr. AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, "Reflexões sobre a heráldica do Estado português restauracionista", *Lusíada. Revista de Ciência e Cultura*, série de História, n.º 4, Jul. 1995, pp. 97-106; IDEM, "Fizeram os reis de Portugal e os Imperadores do Brasil uso de «King's Beast»?", in *Genealógica & Heraldica. Lisboa 1986. Actas do 17.º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1989, pp. 21-38.

<sup>150</sup> IMHOF, Jacob Wilhelm, *Stemma Regum lusitanicum sive Historia genealogica Familiae Regiae Portugallicae*, Milano: Edizioni Orsini de Marzo, 2009 (*fac-simile* da edição de Amsterdam, 1708).

<sup>151</sup> SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 120.

<sup>152</sup> SILVA, Rodrigo Mendez, *Poblacion General de España. Svs Trofeos, Blasones, y Conqvisas Heroycas. Descripciones Agradables, Excelências Gloriosas, y Sucessos Memorables, com Mochas, y Cvoriosas Noticias. Flores cogidas en el estimable Iardin de la preciosa antigüedad*, Madrid: Por Diego Diaz de la Carrera, 1645. A segunda edição, igualmente impressa em Madrid, saiu do prelo de Roque Rico de Miranda em 1675.

idades e 41 vilas, por vezes com uma explicação circunstanciada da origem e significado histórico do respectivo escudo. Apesar de a primeira edição da obra não compreender ilustrações e de a segunda exibir uma única gravura, com as armas de Celorico da Beira (de onde Mendes Silva era natural), Diogo Barbosa Machado assinalou a existência de um códice manuscrito do mesmo autor, intitulado *Nobiliario y libro de Armeria de las Ciudades, Villas y Lugares de toda España*, em que “Estavão as Armas primorosamente illuminadas, e era como 2. Part. da *Poblacion General de España*, que tinha impresso”<sup>153</sup>. Atendendo ao cargo que Mendes Silva desempenhava como cronista geral de D. Filipe III, a produção dos referidos livro impresso e códice iluminado pode ser entendida em conjunto e integrada na vontade régia de deter e difundir fontes de informação acerca dos heteróclitos territórios governados pela dinastia de Habsburgo. Assinale-se, aliás, que o mesmo cronista demonstrou uma atenção aturada à matéria da armaria, como transparece pelo facto de ter realizado uma cópia do armorial do cardeal Mendonça, existente na biblioteca do Escorial, e de no conjunto das suas obras impressas abundarem as referências heráldicas, sobretudo nos panegíricos, memoriais, árvores genealógicas, biografias e epítomes que dedicou a diversas Casas da nobreza portuguesa e espanhola<sup>154</sup>.

Também nas obras de conhecimento geral, difusoras de uma erudição de género enciclopédico tal como havia sido herdada do antigo modelo de Santo Isidoro de Sevilha ou de São Tomás de Aquino, e bem assim no saber *noticioso* relacionado com a *sociedade de letras*, assente na vultuosa troca de correspondência, a heráldica começou a marcar presença. Dos diversos polígrafos de meados do século XVII, aquele que tratou com maior atenção a matéria heráldica e lhe garantiu uma mais dilatada difusão foi sem dúvida Manuel Severim de Faria. As suas *Noticias de Portugal*, publicadas em 1655, continham oito discursos, sendo o terceiro dedicado ao tema “Das Familias de Portugal, com a noticia da sua antiguidade, origem dos appellidos, e razão dos Brazoens de Armas de cada huma”. Tal como já se verificara com António Soares de Albergaria e António Coelho, Severim de Faria não quis limitar-se a compilar um armorial, antes fez preceder a listagem das armas das famílias nobres de Portugal de um tratado de armaria, no qual incluiu matéria não apenas técnica (o *brasão* propriamente dito) como também do foro simbólico e histórico. Assim, ao dar ao prelo, em 1655, tal conjugação de tratado de armaria e de brasonário, com uma óptica não apenas normativa mas também interpretativa e explicativa da heráldica, Severim de Faria dava cumprimento ao plano traçado por Soares de Albergaria, e que este não havia logrado concretizar. As *Noticias de Portugal* tiveram ampla divulgação, sendo apontadas por numerosos autores subsequentes como fonte erudita e fidedigna. Mas se esta foi a sua obra de teor parcialmente heráldico

<sup>153</sup> MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana...*, tomo III, p. 651.

<sup>154</sup> *Nobiliario, y libro de Armeria por D. Francisco de Mendonça Cardinal de Burgos sacados de los originales M. S. que estan en la livreria de S. Lourenço el Real del Escorial por Rodrigo Mendez Sylva con los escudos de Armas*. IDEM, *Ibidem*, pp. 649-651. Frankenau dedica uma ampla notícia às obras de Rodrigo Mendes Silva: FRANCKENAU, Gerhardt Ernesti de, *Bibliotheca Hispanica Historico-Genealogico-Heraldica...*, pp. 380-383.

que alcançou maior repercussão, por ter sido a única impressa, a verdade é que o chantre da sé de Évora escreveu duas outras que abordavam temas semelhantes e permaneceram manuscritas: uma desenvolvia a matéria genealógica e nobiliárquica já tratada nas *Notícias*, intitulando-se *Fidalguia Portuguesa*<sup>155</sup>, a outra, *Armas das cidades de Portugal, e razão por que as tomarão*, era dedicada, como se vê, à heráldica municipal<sup>156</sup>.

Nas obras referentes à história de certas instituições, como por exemplo as ordens religiosas ou militares, a heráldica também costumava ter lugar certo. Os cronistas respectivos raramente deixavam de incluir no princípio dos seus relatos históricos, que abriam usualmente com a vida do fundador e circunstâncias da instituição da ordem, uma referência mais ou menos alongada acerca das armas usadas, cujas modalidades e significado explanavam<sup>157</sup>. Um caso peculiar, no entanto, é o da *Benedictina Lusitana* editada em 1651 por Frei Leão de Santo Tomás, pois o autor não limitou as suas incursões pela armaria às insígnias próprias das diversas instituições que seguiam a regra de São Bento, mas considerou adequado ir mais longe, pois no fim da obra acrescentou um “Paragrapho Vltimo. Cathalogo das Armas da Nobreza”<sup>158</sup>; mesmo assim, o erudito beneditino considerou que faltava ainda alguma coisa e, a seguir ao armorial das famílias portuguesas, declarou que “Não he bem que as armas das Cidades deste Reyno de Portugal fiquem de fora deste Cathalogo por onde com ellas lhe demos o vltimo fim”, encerrando de vez com a descrição sumária das armas usadas pelas cidades episcopais<sup>159</sup>.

Também ao longo do século XVIII, e até ao final do Antigo Regime, a heráldica continuou a desempenhar um papel secundário nas obras de natureza histórica, genealógica ou corográfica. Nalguns casos, tal papel assemelhava-se por inteiro àquele que preencheria na centúria anterior. Assim, por exemplo, as grandes colectâneas genealógicas setecentistas continuaram a apresentar comumente um complemento heráldico, quer sob a forma de declaração pontual das armas

<sup>155</sup> Da qual diz Diz D. António Caetano de Sousa: “Fez hum Nobiliario, com o titulo: Fidalguia Portuguesa, que não vi, comprehende todas as Familias nobres do Reyno, em que de cada huma refere o Solar, a causa do appellido, a explicação das Armas, e as pessoas eminentes, que nella floresceraõ”. SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., p. CII.

<sup>156</sup> MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo III, p. 374; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pp. 207-209

<sup>157</sup> Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de, “Heráldica eclesiástica na porcelana chinesa de importação portuguesa”, in SANTOS, A. Varela (coord.), *Portugal na Porcelana da China: 500 Anos de Comércio. Portugal in Porcelain from China: 500 Years of Trade*, Lisboa: Artemágica, 2008, pp. 415-477.

<sup>158</sup> Com o curioso argumento seguinte: “Em lugar das Armas da Nobreza que na Galile do nosso Mosteyro de Pombeyro se perderão, pomos as Armas da Nobreza que de presente florece, não dando lugares de antiguidade, senão pondoas por ordem das letras do Abecedario”. O autor encerrava o armorial com estas palavras significativas: “Quer dizer as armas da nobreza nos arcos da Galile do nosso Mosteyro de Pombeyro se conseruarão por algum tempo, aly morrerão, & aly se extinguirão, agora ressusitão de nouo em companhia de outras mais modernas, esta vida ressusitada se entrega a Impressão que será vida perenne & de mais longa dura.” SANTO TOMÁS, Frei Leão de, *Beneditina Lusitana* (notas críticas de José Mattoso), Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974, tomo II, pp. 463-495. A edição original data de 1651.

<sup>159</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 495-496.

de cada família estudada, quer pela inclusão de um pequeno tratado de armaria, mais ou menos extenso. Para ilustrar tais variações, bastará referir algumas obras: o *Nobiliário Genealógico crítico e histórico das mais illustres famílias d'este reino, sua origem de appellido e armas* que José Freire de Monterroio Mascarenhas compilou por volta de meados do século trazia a descrição pormenorizada das armas de todas as estirpes tratadas<sup>160</sup>; ao passo que os *Titulos das famílias de Almadás* reunidos por D. Manuel Caetano de Sousa *et alii* apenas exibiam a heráldica de algumas das linhagens aí examinadas<sup>161</sup>; já o clássico *Nobiliário de Famílias de Portugal* de Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, além de compreender, no respectivo capítulo, referência às armas de cada família, principiava com um sucinto tratado de armaria<sup>162</sup>. Por vezes, a dimensão heráldica resumia-se ao seu aspecto mais técnico: assim, um *Nobiliário Genealógico* anónimo redigido por volta de 1700 trazia apenso um vocabulário heráldico<sup>163</sup>.

No domínio das obras corográficas, verifica-se que elas continuaram a apresentar uma componente heráldica que variava, naturalmente, conforme o tipo e a propensão de abordagem que os respectivos autores demonstravam pelo estudo desta matéria. Em geral, porém, pode afirmar-se que os registos heráldicos abundavam nas descrições corográficas de Portugal. Para comprovar tal facto, bastará compulsar obras tão variadas como a *Corografia Portuguesa* publicada pelo padre António Carvalho da Costa entre 1706 e 1712, em que a heráldica e a genealogia apareciam entrelaçadas, como forma de identificar a nobreza de cada lugar abrangido pela descrição<sup>164</sup>; ou as *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, em que Francisco Xavier da Serra Craesbeeck revelava já outro tipo de entendimento, uma vez que incluía desenhos das sepulturas armoriadas, com a descrição das armas aí representadas<sup>165</sup>; por vezes, os autores destes estudos corográficos inseriam mesmo nas suas obras capítulos de heráldica directamente retirados de livros então em circulação, como foi o caso de *Os Estrangeiros no Lima*, a meio do qual Manuel Gomes de Lima Bezerra enxertou partes do armorial da *Nobiliarchia Portuguesa* de António de Vilas-Boas

<sup>160</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, "Apparato" ..., pp. CLXIX-CLXX; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pp. 109-111.

<sup>161</sup> BNP Cód. 1052.

<sup>162</sup> GAYO, Manoel Joze da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga: Edição de Carvalhos de Basto, 1992, volume I, pp. 23-44, capítulo intitulado "Da Arte de Brazonar os Escudos".

<sup>163</sup> *Nobiliário genealógico das famílias illustres de Portugal*, BNP, Cód. 1134, fl. 8. Neste caso, a presença heráldica resume-se a um único fólio, intitulado "Declaração de algumas palavras e modos e falar praticados no uso da armaria e formatura dos escudos de armas".

<sup>164</sup> COSTA, Pe. Antonio Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e Descriçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varões illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes / Officina Real Deslandesiana, 1706-1712. No "Apparato" da *Historia Genealógica...*, D. António Caetano de Sousa revelou-se extremamente crítico quanto ao valor das partes genealógicas que o padre Carvalho da Costa inseriu na sua *Corografia*. SOUSA, D. Antonio Caetano de, "Apparato" ..., pp. CLXXV-CLXXVI.

<sup>165</sup> CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 1992.



e Sampaio<sup>166</sup>.

No que se refere à presença da heráldica nas obras históricas, o século XVIII assistiu a uma alteração substancial. Com efeito, passando a ser cultivada no seio das estruturas académicas então criadas, a heráldica viu-se inserida no âmbito de alguns dos amplos programas de estudos histórico-genealógicos delineados por certos membros destas instituições. Nas obras publicadas em tais esferas, a armaria tinha por vezes um valor apenas ilustrativo, ou mesmo decorativo, como ocorreu em livros como o *Catalogo [...] das Rainhas de Portugal* de D. José Barbosa, em que cada verbete abria com uma gravura das armas da respectiva soberana, aliás ordenadas sempre consoante o mesmo modelo teórico, e não baseadas em investigação sobre os seus usos históricos documentados<sup>167</sup>. D. António Caetano de Sousa aplicou este recurso às suas *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*, em que cada capítulo é encetado com uma gravura das armas usadas pela respectiva casa titular, e encerra com a sua descrição<sup>168</sup>. Na *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, o mesmo autor recorreu outrossim a tal estratagemma ilustrativo, pois procedeu amiúde à representação das armas dos monarcas e das suas consortes, e, sempre que possível, às respectivas empresas, para abertura e fecho dos seus capítulos. Mas o erudito teatino foi muito mais longe, pois, tal como o seu contemporâneo Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, logrou compreender o valor documental da heráldica. A heráldica começava então a ser entendida como matéria de erudição histórica, destacando-se das questões técnicas do brasão. Para D. António Caetano de Sousa, ela funcionava como instrumento de apreensão do passado por via da autenticação documental ou patrimonial. Foram estes os primeiros passos da heráldica entendida como o que, já no princípio do século XX, se chamaria “ciência auxiliar da História”, ou seja, um conhecimento específico que permitia obter elementos de datação e de

<sup>166</sup> BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima: ou Conversaçoes Eruditas Sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealogica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio, Artes, e Sciencias. Com Huma Descrição de todas as Villas, Freguezias, e Lugares notaveis da Ribeira Lima, suas producçoens, industria, fabricas, edificios, familias nobres, filhos illustres em virtudes, armas ou letras; e com a Nobiliarchia Portugueza de Villasboas illustrada com todos os escudos de armas dos appellidos das Familias do Reino por ordem alfabetica, e huma breve noticia das Casas, que ha no mesmo Reino, dos ditos appellidos, sem serem Titulares*, Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1785-1791. Note-se, todavia, que o autor não se limitou a transcrever o armorial da *Nobiliarchia*, pois dissertou também sobre as armas das famílias nobres encontradas ao sabor dos seus diálogos, demonstrando conhecimento de outras obras heráldicas, nomeadamente as de Francisco Coelho e frei Manuel da Purificação Magalhães.

<sup>167</sup> BARBOSA, D. Joze, *Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico, e Critico, das Rainhas de Portugal, e seus Filhos, Ordenado por D. Joze Barbosa, Academico Real da Historia Portugueza, e Chronista da Serenissima Casa de Bragança*, Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1727.

<sup>168</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, *Memorias Historicas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal, que contém a origem, e antiguidade de suas Familias: os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores de Costado, as alianças de suas Casas, os Escudos de Armas que lhes competem até o anno de 1742. Offerecidas a ElRey D. João V. Nosso Senhor*, Lisboa: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1742 (obra reimpressa em 1750). De assinalar que nem sempre as gravuras coincidem com o brasão descrito no final dos capítulos.

identificação de documentos e de vestígios materiais<sup>169</sup>. Foi nesse entendimento que o autor dedicou o quarto volume da sua *Historia Genealogica*, por inteiro, aos indícios heráldicos patentes em dois tipos de suportes: os selos e as moedas<sup>170</sup>. Com efeito, o valor documental dos selos constituía uma das mais certas referências para o validação das fontes:

“Entre os venerados monumentos da antiguidade, são os Sellos hma das provas, em que se funda a Historia, e a Genealogia, como em verdadeiros, e indubitáveis documentos coetanos, que mudamente representam a soberania, e a nobreza, assim nos Principes, como nos grandes Vassallos; dando a conhecer em huns o illustre, e o antigo das familias, e em outros a elevação, e a magnificencia da Magestade.”<sup>171</sup>

Graças às possibilidades abertas com o desenvolvimento dos processos de gravação<sup>172</sup> e contando, bem assim, com os meios financeiros, técnicos e humanos para a realização das gravuras, D. António Caetano de Sousa pôde ilustrar e divulgar a investigação que levava a cabo. Abriam-se assim novas perspectivas para a heráldica como elemento de comprovação histórica, em associação com a sigilografia e com a numismática. Nestes dois campos, o trabalho do genealogista teatino apresentou-se como um marco fundamental tanto pela abrangência do seu levantamento, como pelo rigor do método seguido.

Para além destas, o século XVIII apresentou também, em relação à centúria anterior, outras inovações de vulto. A primeira dizia respeito à sistematização de conhecimentos nos campos da heráldica, da genealogia e da nobiliarquia. Produziram-se nesta época, com efeito, as primeiras bibliografias especializadas. Deve destacar-se o “Apparato” com que D. António Caetano de Sousa abriu a *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*: tratava-se não apenas de um rol que pretendia abranger as obras até então escritas sobre estas matérias, mas também de um juízo crítico sobre as características e o valor de cada autor. Deste modo, a erudição de D. António, longe de se limitar a somar nomes e referências, agudizava-se no que hoje chamaríamos um “estado da arte”, cujo alcance era tanto mais assinalável quanto se tratava de uma obra de larga difusão. Por isso o recurso ao “Apparato” pode considerar-se insubstituível para todos quantos queiram estudar a produção de obras heráldicas no Antigo Regime.

Mas não se deve julgar que o esforço de catalogação bibliográfica especializada tenha começado com o autor da *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Na verdade, já no princípio do século XVIII outro teatino, D. Manuel Caetano de Sousa, coligira uma substancial *Bibliotheca stemmato-graphica hoc est*

<sup>169</sup> Cfr. PASTOUREAU, Michel, *Les Armoiries*, Brepols: Turnhout, 1998, pp. 66-70.

<sup>170</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa...*, tomo IV, 1738, com o título “Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa. Livro V. Contêm a serie chronologica dos Reys, Formada dos proprios Sellos Reaes, Principiando em ElRey D. Affonso I. até ElRey Dom Joaõ V. nosso Senhor, e alguns de pessoas Reaes, e as moedas antigas, e modernas deste Reyno”.

<sup>171</sup> IDEM, *Ibidem*, fls. 2-3.

<sup>172</sup> Cfr. SOARES, Ernesto, *op. cit.*, pp. 12-25.

*genealogico-heraldica*<sup>173</sup>, embora sem a abrangência da anterior, por estar limitada aos códices conservados em livrarias jesuítas e, naturalmente, por não ter chegado a imprimir-se. O esforço de sistematização dos conhecimentos heráldicos passava também pelo trabalho de organização de obras anteriores, nomeadamente com a produção de novas cópias dotadas de índices e de ilustrações, como foi o caso dos sete volumes que D. Tomás Caetano de Bem coligiu por volta de 1764, ordenando alfabeticamente e dotando de ilustrações e de índice remissivo o *Nobiliario de familias portuguesas* de Manuel Álvares Pedrosa<sup>174</sup>. D. António Caetano de Sousa havia demonstrado, de resto, a compreensão que tinha da relevância de editar textos para que estes não se perdessem e que pudessem ser consultados por um público alargado, quando inserira nas suas *Provas...*, como adiante se verá, as *Advertencias...* escritas por Francisco Coelho em relação à obra de António de Vilas-Boas e Sampaio.

Certamente, a sistematização dos conhecimentos heráldicos inseria-se no movimento geral de valorização dos estudos históricos e de apuramento do método crítico vigente na época, patente nos trabalhos da Real Academia da História Portuguesa fundada por D. João V e colocada ao serviço da glorificação da autoridade régia<sup>175</sup>. Mas é de notar que todos os autores mencionados pertenciam à Ordem de São Caetano, pelo que se pode inferir que esta instituição religiosa parece ter desempenhado um papel de relevo no aludido processo de sistematização.

Por fim, o século XVIII apresentou ainda outra alteração fundamental, que se referia à forma e ao grau de divulgação dos textos de natureza heráldica. É certo que a centúria anterior já assistira à inclusão de trabalhos desta índole quer em obras historiográficas, como a *Monarquia Lusitana* ou a *Beneditina Lusitana*, quer em tratados nobiliárquicos, como os de Álvaro Ferreira de Vera e de António de Vilas-Boas e Sampaio; e que o padre António Soares de Albergaria e o gravador João Gomes haviam dado à estampa os seus armoriais sob forma de colectâneas de gravuras heráldicas. Mas foi no período de Setecentos que o esforço editorial se intensificou, permitindo a presença de obras de armaria em qualquer biblioteca pública ou privada. Antes de mais, reimprimiu-se sucessivamente a *Nobiliarchia Portuguesa* em 1708, 1727 e 1754, tornando-a, de longe, na obra nobiliárquica de maior sucesso no panorama editorial português. Entre 1735 e 1749, publicou-se a *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, com as respectivas *Provas* e índices, ao longo da qual abundavam as informações heráldicas. Mas a presença da armaria foi ainda mais assinalável em obras de natureza enciclopédica, das quais se destacou a *Escola Decurial de Varias Lições, dedicada á Virgem N. S. do Desterro, Mãe de Deos Maria SS.*, do cisterciense Fradique

<sup>173</sup> SOUSA, D. Manoel Caetano de, *Bibliotheca stemmato-graphica hoc est genealogico-heraldica*, BNP Cód. 1148.

<sup>174</sup> BNP Cód. 1009-1015. Este trabalho de reforma de textos alheios não excluía a produção de próprios: lembre-se que D. Tomás Caetano de Bem foi autor de um código de heráldica.

<sup>175</sup> Cfr. MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII* (prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão), Coimbra: Minerva, 2003, *maxime* pp. 265-318.



Espínola, em cujos doze volumes, editados entre 1696 e 1707, a matéria heráldica estava presente nas 6.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> partes, constituindo um tratado de armaria<sup>176</sup>; em 1741, vinha a lume a tradução portuguesa dos *Elementos da Historia...* do abade de Vallemont, cujo capítulo dedicado à matéria heráldica foi objecto de profunda adaptação por Pedro de Sousa de Castelo Branco e era acompanhado de um importante conjunto de gravuras ilustrativas da armaria portuguesa coeva<sup>177</sup>; em 1744, frei João Pacheco, eremita agostiniano, publicava o tomo IV do seu *Divertimento Erudito...*, cujo tratado I reunia um tratado de brasão e um armorial universal e particular (incluindo as famílias nobres e as cidades de Portugal)<sup>178</sup>; e, em 1754, Damião António de Lemos Faria e Castro editava o tomo V da sua *Politica Moral, e Civil ...*, o qual compreendia um tratado de brasão, seguido de um armorial das Casas titulares e das cidades de Portugal, completado por um pequeno mas inovador capítulo vexilológico<sup>179</sup>. Considerando que todas estas obras obedeciam ao propósito de difusão e vulgarização de um conhecimento de género enciclopédico, é legítimo deduzir que a heráldica surgia como uma parte integrante e necessária da cultura de qualquer indivíduo que pretendesse ser considerado como detentor de uma cultura aceitável. Na verdade, conforme declarava o autor anónimo duma *Miscelânea* coeva:

“Todo homem discreto, cortezam, e nobre, tem obrigação de saber a matéria de ordenar escudos de Armas. E dar razam das de seu Rej príncipe e senhor natural, e sua origem. E da mesma maneira das que pertencerem a sua progenie e apelido de seu nome, de modo que de huma e outra couza a de saber, razoar, tratar e brazonar perfeitamente.”<sup>180</sup>

<sup>176</sup> ESPINOLA, Frei Fadrique, *Escola Decurial de Varias Liçoens, dedicada á Virgem N. S. do Desterro, Mãe de Deos Maria SS.*, Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1696-1707, 12 vols.

<sup>177</sup> VALLEMONT, Abade de, *Elementos da Historia, ou o que he necessário saberse da Chronologia, da Geografia, do Brazão, da Historia universal, da Igreja do Testamento velho, das Monarchias antigas, da Igreja do Testamento Novo, e das Monarchias novas* (tradução de Pedro de Sousa de Castello Branco), Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. Senhor Card. Patriarcha, 1741. A parte dedicada à heráldica ocupava o livro III do tomo II, entre as pp. 1 e 142. A obra original do abade de Vallemont datava de 1696; saliente-se que a versão portuguesa não se limitou a uma mera tradução, antes consistiu numa profunda adaptação à realidade nacional. No caso do livro dedicado à heráldica, o tradutor/adaptador teve o cuidado de recorrer a exemplos portugueses não só no texto, como também nas respectivas gravuras.

<sup>178</sup> PACHECO, Frei João, *Divertimento Erudito para os Curiosos de Noticias Historicas, Escolasticas, Politicas, Naturaes, Sagradas, e Profanas*. Lisboa: Officina de Domingos Gonçalves, 1744, tomo IV, pp. 175-314. A obra começou a ser publicada em 1734, chegando a imprimir-se, até 1744, quatro volumes. Inocêncio Francisco da Silva informa que “além d’estes quatro grossos volumes, ha ainda na Bibl. Nacional outro manuscrito, de grandeza correspondente, que o auctor não chegou a imprimir. A obra devia comprehender ao todo oito tomos, de que já existia acabado o sexto, e principiado o septimo. E ao oitavo devia seguir-se a Historia Universal de todas as series das monarchias, etc.” SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez...*, vol. III, pp. 340-341.

<sup>179</sup> CASTRO, Damião António de Lemos Faria e, *Politica Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana, Authorizada com todo o género de erudição sagrada, e profana para a doutrina, e direcção dos Principes, e mais Politicos*, Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1754, pp. 362-408. A secção vexilológica, intitulada “Dos Estandartes, ou Bandeiras de muitas nações do mundo”, vem entre as pp. 401-408.

<sup>180</sup> BA 54-X-54, n.º 3, fl. 37v.º.

O panorama das obras heráldicas produzidas nos séculos XVII e XVIII afigurava-se, portanto, vasto e diversificado. Poucos dos autores arrolados pertenciam, como se viu, à corporação dos oficiais de armas. Como reagiram estes a tal difusão de uma matéria que consideravam como própria e exclusiva? Os indícios acumularam-se ao longo da primeira centúria, começando com Manuel Teixeira, o rei de armas Portugal que obtivera, em 1607, o alvará que garantia a teórica autoridade do seu ofício sobre todas as obras que se viessem a escrever sobre temas heráldicos e genealógicos. Em paralelo, este rei de armas sentiu necessidade de compilar um *Livro de Armaria*, cujo paradeiro se desconhece<sup>181</sup>, não sendo portanto possível aquilatar o seu alcance. Contudo, mesmo desconhecendo o seu teor, pode-se tentar compreender o que teria levado Manuel Teixeira a escrever tal obra. O esforço de produção de armoriais dotados de valor oficial havia-se concentrado na fase de transição da sociedade medieval para a moderna; o que se poderá compreender no âmbito da necessidade, então sentida, de colocar a heráldica ao serviço do processo de remodelamento da sociedade, sobretudo no que se prendia com a definição do papel quer da Coroa, quer da nobreza, quer mesmo da articulação entre ambas. A produção de armoriais de natureza oficial havia, portanto, correspondido ao período de definição e fixação de um novo modelo de nobreza, integrada num sistema regido pela Coroa, entre os séculos XV e XVI. A partir das grandes reformas manuelinas, as bases legais e as práticas administrativas do sistema heráldico já se encontravam definidas e a funcionar de forma corrente nas mãos de um corpo especializado de oficiais de armas integrados na burocracia estatal.

Tais oficiais de armas continuaram a fundamentar as suas opções heráldicas nas obras monumentais quatrocentistas e quinhentistas, limitando-se a complementá-las com a produção de novas compilações de carácter oficioso, que serviam como meros instrumentos de trabalho ou mesmo, simplesmente, como copiadores de lembretes para orientar os ditos oficiais em casos duvidosos ou complexos. Assim se procedia à divulgação interna do saber heráldico. Talvez fosse esse o escopo do rei de armas Manuel Teixeira ao produzir um *Livro de Armaria* que viesse actualizar os conhecimentos dos velhos armoriais quatrocentistas e quinhentistas, adaptando-os à realidade social coeva e às necessidades sentidas pelos oficiais de armas no desempenho das suas funções.

A existência de duas obras heráldica de natureza distinta da autoria de Manuel Teixeira – de um lado, um armorial, do outro, um tratado – remete para uma questão mais abrangente: a da relação entre estes dois tipos de obras. Como assinala Claire Boudreau, forma-se uma relação natural entre os tratados de armaria e os armoriais, centrada na utilidade didáctica. No espírito dos

<sup>181</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, "Apparato"..., pp. XCV-XCVI; MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo III, pp. 388-389; SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. II, p. 211. É possível, contudo, que o códice *Libro de Armeria del Reino de Portugal vsvs Ciudades, Villas, y Fidalgos*, copiado e traduzido para castelhano em 1678 por José Alfonso Guerra y Villegas, cronista-geral dos reinos de Castela e Leão, conservado na BNE, MSS/11665 seja uma cópia da obra de Manuel Teixeira. O tradutor assinala que o original estava então na posse da duquesa de Arcos e de Aveiro.

autores dos séculos XV e XVI, o armorial completava, ilustrava e concretizava a teoria exposta nos manuais, mesmo quando tal teoria era mais rígida do que a realidade. É por isso que os tratados raramente aparecem desacompanhados de armorial; em contrapartida, os armoriais parecem dispensar a presença de tratados de armaria<sup>182</sup>.

A falta de reciprocidade era ainda baseada noutra diferença fundamental entre armoriais e tratados: os primeiros decorriam das obrigações dos oficiais de armas, ao passo que os segundos respondiam a impulsos espontâneos. Deste modo, os brasonários compilados por oficiais de armas tinham um emprego jurídico ou, pelo menos, funcional; enquanto que os tratados e manuais, mesmo quando redigidos pelos detentores de responsabilidade legal na matéria, não logravam atingir um estatuto legal. Daí decorria, também, o facto de os armoriais se apresentarem como instrumentos mais complexos e mais adequados à captação da realidade heráldica coeva; os tratados, pelo contrário, estavam ligados a uma noção mais normativa e abstracta. Estas diferenças provocavam um distanciamento entre os dois principais géneros de livros heráldicos, estabelecendo entre eles uma relação complexa e paradoxal. Como aponta Claire Boudreau, o afastamento entre o conteúdo dogmático dos tratados e a natureza flutuante dos armoriais não parece ter sido entendido como obstáculo à complementaridade dos dois tipos de produção: é porque, na época, o manual de heráldica e o armorial estão juntos no espírito dos arautos e partilham, além dos laços pedagógicos evidentes e apesar das suas diferenças de estatuto, as mesmas razões de ser<sup>183</sup>.

É possível entender armoriais e tratados de brasão como expressões complementares da realidade heráldica vigente, sobretudo no que respeita ao carácter honorífico das armas: “Elles sont des marques d’honneur qui récompensent et distinguent les plus vaillants. Dans l’imaginaire des hérauts, elles rappellent les qualités de chaque guerrier et servent d’exemple à la postérité”<sup>184</sup>. Daí decorria também a sobrevalorização das armas concedidas em relação às assumidas.

Por outro lado, o esforço assim iniciado por Manuel Teixeira podia estar também relacionado com a pressão sentida pelo Juízo da Nobreza face à ocorrência de tão numerosos autores que começavam a abordar e difundir livremente a temática da armaria. Uma reacção corporativa, em suma, de que o alvará de 1607 constituía claro reflexo. Nesse quadro de referência se encaixou a produção do tratado de António Coelho, outro rei de armas Portugal, que laborou em paralelo, se não em resposta, ao esforço análogo de António Soares de Albergaria. Como já se aludiu, é possível que entre ambos tenha mesmo corrido uma polémica, que terá levado o segundo a publicar em 1634 o opúsculo *Reposta a certas obieçõens sobre os Tropheos Lvsitanos*. Mas o momento de controvérsia mais

<sup>182</sup> BOUDREAU, Claire, “Traité de blason et armoriaux: pédagogie et mémoire”, in HOLTZ, Louis; PASTOUREAU, Michel; LOYAU, Hélène (dir.), *Les armoriaux médiévaux...*, pp. 383-393, p. 385.

<sup>183</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 387-388.

<sup>184</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 389.

violenta verificou-se cerca de quarenta anos mais tarde, quando António de Vilas-Boas e Sampaio publicou a sua *Nobiliarchia Portugueza*. Francisco Coelho, rei de armas Índia e filho de António Coelho, encabeçando o movimento de reacção, escreveu umas *Advertencias* ou comentários críticos à *Nobiliarchia Portugueza*<sup>185</sup>. Deste modo, deu continuidade ao progenitor não apenas no ofício de armaria, mas também na defesa dele contra o que ambos consideravam uma indevida intromissão de leigos.

Ao estilo da época, Francisco Coelho começava por declarar a erudição do autor da *Nobiliarchia Portugueza*, fruto de um labor paciente e probo, mas advertia de imediato que pretendia emendar “naõ a todos os Capitulos do Livro, por directamente naõ ter jurisdição, mas aos que directè me tocaõ por obrigação do officio em utilidade da Nobreza do Reyno de que sou Ministro, e devo procurar seos acertos”<sup>186</sup>. Ficava assim colocada, desde logo, a questão da legitimidade: nos assuntos heráldicos, existia em Portugal uma autoridade competente. Era ao abrigo dela que o rei de armas Índia iria proceder à correcção dos erros dados à estampa. Não terá pois sido casual a escolha do título de *Advertencias*, tratava-se certamente de advertir o leitor dos possíveis enganos contidos na obra, mas porventura também de chamar a atenção do autor para a infracção que havia cometido ao penetrar em domínios que pertenciam aos oficiais de armas nomeados pela Coroa. De resto, Francisco Coelho comentava: “Muito temeraõ alguns coriosos meterem-se no pelago da Armaria, e hum que o quis vadear, sendo sciente na arte, naõ podendo tomar pée, se sumergiraõ seos escritos.” Ora, a quem se dirigiriam estas palavras sibilinas, se não a António Soares de Albergaria, cuja empresa editorial iniciara tão promissoramente com o aparato dos *Tropheos Lusitanos*, mas fora tão contestada e falha de apoios que não lograra ser levada a bom porto?

Francisco Coelho entrava de seguida na matéria a morigerar. E, de facto, demonstrou um profundo domínio quer da história da heráldica, quer da parte técnica do brasão. Fundamentado em fontes variadas, foi rectificando asserções que considerava menos pertinentes, respeitantes a temas variados, como a origem e as modalidades das armas reais portuguesas, os usos heráldicos dos eclesiásticos,

<sup>185</sup> Estas *Advertencias* deviam circular em cópias manuscritas, como a que hoje se conserva na BPMP, Ms. 1120. Só vieram a ser editadas em 1748 por D. António Caetano de Sousa, que as incluiu no sexto volume das suas *Provas*. COELHO, Francisco, “Advertencias feitas ao livro *Nobiliarchia Portugueza*, no que toca às Armas das Familias”, *apud* SOUSA, D. Antonio Caetano de, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Serenissima Casa de Bragança, de diversas Cathedraes, Mosteiros, e outros particulares deste Reyno, por D. Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular, Deputado da Junta da Bulla da Cruzada, e Censor da Academia Real*, Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1748, tomo VI, pp. 662-703. Segundo informação de SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, p. 177, guardava-se na livraria do conde de Castro e Solla um manuscrito in-4.º de 52 páginas inumeradas, inédito, intitulado *Advertencias ás equivocacões que se achão nos Escudos que tras este Livro [Nobiliarchia Portuguesa de Villas Boas] que principião de fl. 226, e conforme esta declaracão se devem brazonar os Escudos, o que tudo he tirado, e emendado na Torre do Tombo: e se declara, que primeiro se veja o que diz o Livro, e depois esta advertencia*. Tudo indica que se trataria duma outra cópia da obra de Francisco Coelho.

<sup>186</sup> COELHO, Francisco, “Advertencias...”, p. 662.

os ornamentos exteriores, a nomenclatura das figuras e das partições. Ao longo da exposição, o rei de armas Índia mostrou-se desapiedado na crítica, não se furtando a apontar o que considerava como erros crassos. Muito longe já do acanhado elogio inicial, mero cumprimento duma formal cordialidade, Francisco Coelho terminava a sua errata com um catálogo das armas de família incluídas na *Nobiliarchia Portugueza* e que ele se via na obrigação de corrigir. As rectificações vão desde a letra A (Almadás) até à V (Viveiros), pelo que se depreende que o autor pretendeu emendar todos os verbetes, pois, aos seus olhos, nenhum estava isento de engano. Qualquer afabilidade encontrava-se ultrapassada:

“Entremos já no lago das Familias donde acharemos suas Armas tão obtruncadas, que nem no lago, que diz Vazeo, que está sobre hum monte da Serra da Estrella, doze legoas do mar, se achaõ mais pedaços de Naos; muitas Armas nos diz no Cap. 24, de que não ha noticia, ou pelo menos se não achaõ em cousa, que tenha authoridade quanto a ellas, porque se não achaõ registadas nos Livros da Nobreza, e nas que estão vay em muitas cousas contra sua propria doutrina, e com grandes erros.”<sup>187</sup>

E, finalmente, após uma extensa perambulação pelas incorrecções da *Nobiliarchia Portugueza*, o crítico chegava ao âmago da questão, não sem pesada ironia:

“No Cap. 27 se faz o A. do livro Legislador, pondo huma Ley, e dispensando em outra: pondo Ley, em quanto diz, que com os documentos, e doutrina, que dá, se escusa o trabalho de consultar aos Reys de Armas: dispensando em outra em quanto o Regimento dos Reys de Armas manda, que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, que seja, se atreva a mostrar nenhuma Armas aos nobres, nem sobre isso dar conselho, que só toca aos Reys de Armas, cuja copia desta Ley poremos no fim destas advertencias, e foy *libere dictum*, contra hum Regimento Real, querendo por este modo tirar a authoridade aos Reys de Armas, a quem os Senhores Reys de Portugal a deraõ tão ampla sobre as Armas, que por isso se lhes deu finalmente o nome de Reys, pelo poder, que tinhaõ nas Armas, mas quer o A. com sua authoridade particular tirar a publica aos Reys de Armas, com seus escritos dignos de tantas advertencias, por lhes não dar outro nome, e quando ouvera outra causa só por este dito se devia mandar recolher este Livro, pois he contra hum Regimento, e contra a Nobreza do Reyno, em tantos desacertos nas Armas.”<sup>188</sup>

Não podia ser mais explícita a defesa da autoridade e do exclusivo dos oficiais de armas na matéria heráldica! Repare-se como Francisco Coelho se escudava nos instrumentos legais que abalizavam esse domínio, aludindo quer ao regimento manuelino, quer ao alvará filipino de 1607, contrapondo assim, nas suas palavras, a autoridade *pública* dos reis de armas à autoridade *particular*

<sup>187</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 662.

<sup>188</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 670.

do impertinente autor da *Nobiliarchia*, cujo livro deveria mesmo ser retirado de circulação por infringir as supracitadas disposições legais.

Mas Francisco Coelho foi ainda além nas duras críticas tecidas à obra de António de Vilas-Boas e Sampaio. Decerto o rei de armas Índia tinha consciência de que não bastava desfraldar os instrumentos que garantiam a autoridade dos oficiais de armas, nem mesmo limitar-se a apontar o dedo às insuficiências do trabalho alheio. Era ainda necessário provar aos olhos de todos, aos olhos da sociedade, a vastidão e profundidade do saber acumulado pelos reis de armas. Ora, para alcançar tal objectivo, havia um caminho óbvio a percorrer: uma fuga em frente, por assim dizer. Face à multiplicação das obras escritas ou mesmo editadas por leigos, Francisco Coelho pretendia publicar uma obra de referência, como o declara diversas vezes nas suas *Advertencias*: “algum dia, favente Deo, sahirá a lux hum pequeno Volume, que intitularey Thesouro da Nobreza de Portugal”, “porque este ponto fica para o meu *Thesouro da Nobreza*”, “de que o A. não dá noticia, daremos alguma no meu *Thesouro da Nobreza*”, “mas porque póde ser que se vejaõ estas differenças no meu Livro, as não ponho aqui” e, por fim, “quererá Deos dar-nos alguma noticia destas differenças para as pormos no nosso *Thesouro de Nobreza*”.

No “Apparato” da *Historia Genealogica...*<sup>189</sup>, D. António Caetano de Sousa declarava não ter notícia do paradeiro da obra que Francisco Coelho iria publicar; contudo, nas setecentistas *Anotações, ou advertencias sobre o livro intitulado Rey de armas instruído*, o autor anónimo indicava que se baseara em “varios Livros de Armaria, e entre outros o do Rey de Armas Francisco Coelho que se conserva original na Livraria do Convento de Alcobaça”<sup>190</sup>. Azevedo Soares, por sua vez, apontava a existência dum manuscrito de Francisco Xavier dos Santos da Fonseca, intitulado *Noticia acerca de Francisco Coelho Mendes e suas obras*, que bem poderia trazer menção mais detalhada da produção deste rei de armas<sup>191</sup>.

Certo é que existem hoje duas obras inequivocamente da autoria de Francisco Coelho, ambas manuscritas, a segunda iluminada: *Familias de Portugal e suas Armas, Origem e desendencias, e se mostra os grandes servicos que fizeram a este Reyno e as grandes Merces com que foram Remuneradas. E esta colesam fes Francico Coelho Mendes, Rey de Armas India, que foi Autor das Advertencias sobre os descudos que o Autor do livro intitulado Nobiliarchia Portugueza emprimio em Lisboa*<sup>192</sup>, e o *Tombo das Armas dos Reys e Titulares e de todas as Famílias Nobres do Reino de Portugal intitulado cõ o nome de Thesouro da Nobreza por Francisco Coelho Rey de Armas India*<sup>193</sup>. Não obstante este último título, nenhuma destas obras corresponde ao

<sup>189</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato”..., pp. CCIII-CCIV.

<sup>190</sup> *Anotações, ou advertencias sobre o livro intitulado Rey de armas instruído*, DGA/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1652.

<sup>191</sup> O opúsculo é descrito como um manuscrito inédito duas páginas, então pertencente à livraria do conde de Castro e Solla. SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. I, p. 177.

<sup>192</sup> DGA/TT, *Genealogias Manuscritas*, Ms. 21 F 15. O manuscrito traz a indicação “He de Pedro de Souza Rey de Armas Portugal, em 29 de Setembro 1758”.

<sup>193</sup> DGA/TT, *Casa Forte*, n.º 169.



livro alegadamente pronto para edição a que o autor se referia nas *Advertências*: a primeira é de âmbito mais limitado, pois, como a denominação indica, é apenas um armorial, não compreendendo a parte de tratado de armaaria, embora contenha interpretações circunstanciadas das armas apresentadas; a segunda corresponde a um monumental códice iluminado, que consiste num armorial universal e particular da nobreza portuguesa. Este *Tombo das Armas* deve ser entendido como uma espécie de actualização dos velhos armoriais dos séculos XV e XVI, com algumas inovações interessantes, pois revela-se mais abrangente em relação a alguma heráldica que continuava a ser assumida, não constituindo objecto da autoridade dos oficiais de armas, nomeadamente as armas dos titulares, das congregações religiosas e militares, dos municípios portugueses. Segundo D. António Caetano de Sousa, existia outro códice que completava este armorial, com a explicação circunstanciada de todas as armas nele contidas. Com efeito, o teatino caracterizava Francisco Coelho do seguinte modo:

“Rey de Armas India, insigne na Armaria, de que compoz: *Origem dos Brazoens das Armas, e seus appellidos, seguindo desde os Reys desde ElRey Pelayo; Nobreza dos Brazões de Armas de todos os Fidalgos de Portugal, com todos os seus escudos*, as quaes obras tinha o Author em seu poder, como diz Franco [João Franco Barreto, autor da *Bibliotheca Portugueza*], e as deixou à insigne Livraria do Real Mosteiro de Alcobaça, onde se conservaõ dous livros, hum dos Brazoens de Armas, com escudos de todas as Familias illuminadas em pergaminho de folha grande, sem explicação alguma, e mostra ser acabado no anno 1678. Outro tambem da mesma grandeza com muitas noticias: a ascendencia de Jacob, as armas, com que sahiraõ os doze Tribus, regras da Armaria, os Reys de Portugal, e as descendencias das Casas Titulares do Reyno de Portugal; porem com alguns defeitos, como refere o Reverendissimo Padre Fr. Manoel dos Santos, Chronista môr de Sua Magestade, Academico da Academia Real, que nos participou esta noticia. Tambem na Livraria Eiriceiriana se vem algumas obras suas genealogicas.”<sup>194</sup>

Do conjunto de dados disponíveis, pode inferir-se que Francisco Coelho tratou, por diversas vias, de fazer frente à catadupa de obras sobre matéria heráldica saídas das mãos de leigos. O plano de resposta do oficial de armas compreendia três níveis complementares: dar pronta contestação à principal obra acabada de imprimir e onde a matéria heráldica era tratada sem referência nem respeito pela autoridade legítima no campo da armaria, apontando as falhas do autor faltoso e demonstrando, assim, que o verdadeiro domínio desta área do saber só se poderia encontrar no seio dos seus “profissionais”; coligir um grande armorial de referência, sob a forma de um códice iluminado e de outro em que se brasonavam e explicavam as armas representadas, que viesse substituir os antigos brasonários dos séculos XV e XVI; e, por fim, dar à estampa um volume mais condensado, que compreenderia um tratado de brasão, com explicação

<sup>194</sup> SOUSA, D. Antonio Caetano de, “Apparato” ..., p. LXIII.

sumária das regras da armaria, e um breve armorial, o que permitiria combater a difusão de obras similares escritas e impressas por leigos, ao mesmo tempo que divulgaria a doutrina do exclusivo heráldico confiado aos oficiais de armas portugueses. Esta última obra pode ter existido na versão manuscrita, mas não chegou a ser publicada.

As directrizes da reacção dos oficiais de armas traçadas por Francisco Coelho na segunda metade do século XVII foram de seguida retomadas pelos sucessores nesses cargos, de forma reiterada, até ao final do Antigo Regime. Alguns perpetuaram a ideia de produzir obras que continham quer um resumo das regras do brasão, quer um armorial dos apelidos portugueses, quer ainda um rol dos instrumentos administrativos e legais de definição do ofício de armas e respectivas prerrogativas. Estas obras parecem ter servido como auxiliares de consulta para instrução e cumprimento das funções destes oficiais. Conservam-se na Biblioteca Nacional de Portugal, por exemplo, dois códices<sup>195</sup> que, pelo teor do texto, se infere terem sido escritos por um oficial de armas; na Biblioteca da Ajuda, por sua vez, guarda-se uma *Miscelânea* com as mesmas características<sup>196</sup>; todas estas obras apresentam-se na forma de manual para a boa exercitação do ofício. Por sua vez, Pedro de Sousa, rei de armas Portugal, retomou directamente o projecto editorial de Francisco Coelho, pois em 1725 escreveu um *Breve Resumo da Arte Heráldica*<sup>197</sup> e, um quarto de século mais tarde, tinha pronto para impressão um livro cujo título condensa, por si só, toda uma tenção: *Rey de Armas Instruido...*<sup>198</sup> No prólogo desta obra, Pedro de Sousa aludia ao clima de tensão que rodeava a publicação de um manual de heráldica:

“Se a nossa capacidade pudesse corresponder ao dezejo, que temos de executar huma empresa tam grande, como he a de compor hum Tratado da Arte Heraldica, alguma desculpa poderia ter a nossa confiança; porem sendo tam inferior, e devendo sair esta obra á Luz, em hum seculo tam abundante de elevados engenhos, que ocultam ao publico os partos do seu estudo, pelo justo temor dos effeitos de

<sup>195</sup> *Razões d'armaria e discursos da nobreza*, BNP, Cód. 1145; *Arte da Nobreza*, BNP, Cód. 1316.

<sup>196</sup> BA 54-X-54, n.º 2 e 3.

<sup>197</sup> Manuscrito com índice alfabético das armas relativas às famílias nobres do reino de Portugal, que vêm iluminadas; em 1909, pertencia à condessa da Azambuja (catálogo da livraria n.º 2.962). SOARES (CARCAVELLOS), Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *op. cit.*, vol. III, p. 28.

<sup>198</sup> SOUSA, Pedro de, *Rey de Armas instruido Nos principios, e Regras da Arte Heraldica Para Conhecer, e formar o Escudo de Armas de qualquer familia; assim aos Ecclesiasticos como aos Seculares com todas as peças, e cores, que lhes pertencem, e os nomes proprios, com que sam conhecidas, As Coroas, Coroneis, Elmos, Timbres, e Paquifes Competentes; Noticia da Antiguidade do Officio de Rey de Armas, seu principio em Portugal; Cathalogo dos que tem havido neste Reyno, sua Regalia, e funçoens segundo a nova forma que lhes deu D. Manuel Com a origem das Familias de Portugal, e dos seus apelidos, e Armas, que para utilidade publica compos e da ao prelo Pedro de Sousa Rey de Armas India, com as anotaçoens que sobre as circunstançias desta obra fez Joze Freire de Monterroyo Mascarenhas*, DGA/TT, *Manuscritos da Livraria* n.º 2023, com continuação no n.º 1652. Há outro exemplar em *Manuscritos da Livraria* n.º 1014. O Ms. 1652 corresponde à memória genealógica das famílias armoriadas e foi parcialmente anotado ou elaborado por José Freire de Montarroio Mascarenhas. O Ms. 1014, que é cópia, traz no frontispício a indicação: “Transcripto do Original que vendeo sua Mulher” [de Pedro de Souza, rei de armas Portugal].

alguns espiritos que hoje tam absolutamente criticam qualquer obra, que se de ao prelo; indisculpavel ficaria a minha resoluçam depois desta advertencia. Nam obstante este reconhecimento o fazemos, mas protestamos que he por obrigaçam.”<sup>199</sup>

Depois, o rei de armas Portugal insistia na capacidade técnica dos oficiais de armas, no direito que lhes assistia por determinação régia, e, sob repetida invocação do cumprimento de uma obrigação, revelava o objectivo didáctico da obra que pretendia dar ao prelo:

“Fez nos o Rey nosso Soberano merce de hum officio, que tem por obrigaçam conhecer as Armas da Nobreza, a antiguidade dos seus Brazoens, a sua forma, as peças e cores de que se compoem, os Lugares que devem ocupar nos escudos, as diferenças com que se devem dar aos ramos que nam sam chefes das familias, os seus timbres, e os seus Paquifes, e a esse Reconhecimento he que se da o titulo de Sciencia Heraldica. E como fizemos particular estudo de cumprir com a nossa obrigaçam e vemos o quanto he preciso, que os que nos sucederem nella sejam instruidos no que devem saber e obrar, lhes quizemos deixar nesta Arte a instruçam do modo com que sem outro estudo possam praticar as fuções do seu Ministerio, e isto he o que respondemos a quem preguntar a razam que tivemos para a escrever.”<sup>200</sup>

Mas o que se seguia era ainda mais explícito. Pedro de Sousa traçou um quadro sinóptico da produção de obras heráldicas, no qual declarava que “Muytos dos reys de Armas de Portugal escreveram da Arte Heraldica, mas cada hum conforme entendeu, de que so chegou a verse huma noticia muy confusa. E so de tres achamos algumas memorias”. Estes três eram Gaspar Velho, Manuel Teixeira e Francisco Coelho; deste último, o autor declarava conhecer “as notas com que emmendou a Nobiliarquia Portugueza”, acrescentando: “nós temos da sua Letra hum brevissimo rezumo da Arte Heraldica que se estivesse completo seria a Regra mais certa para formar os Brazoens”<sup>201</sup>. Referia-se depois a António Soares de Albergaria, declarando que este publicara um volume com algumas gravuras, “dizendo que guardava os das mais familias para outra obra, que não vimos; nem sabemos que escrevesse sobre esta materia algun Portugues”. Desta forma, o rei de armas Portugal como que eliminava a produção oriunda de outros meios que não fossem a sua fonte legítima, ou seja, os abalizados oficiais de armas. Não se julgue, contudo, que Pedro de Sousa fosse um ignorante das fontes e da bibliografia: pelo contrário, a sua obra abarrotada de citações de numerosos autores, mas sempre estrangeiros<sup>202</sup>. Quanto aos portugueses, todavia,

<sup>199</sup> DGA/TT, *Manuscritos da Livraria* n.º 2023, fl. 2.

<sup>200</sup> *Ibidem*, fl. 2.

<sup>201</sup> *Ibidem*, fl. 3.

<sup>202</sup> Os espanhóis Gonçalo Argote de Molina, Alonso Lopez de Haro, Luis de Salazar y Castro, o suíço Jacob Whilelm Imhoff; o alemão Jacob Philipe Spenero; os franceses Boisseau, Marc de Ulson, senhor de La Colombière, o padre François Ménestrier, Le Cellyer, Fine de Brianville; o italiano Pietra Sancta; entre outros.

abriu duas excepções: uma para Pedro de Sousa Castelo-Branco, “fidalgo tam erudito, e de tantas virtudes, e merecimentos”, tradutor e adaptador da obra do abade de Vallemont, “que muy genuinamente traduziu na Lingua Portuguesa esta sua obra, tam aumentada, que elle mesmo Vallemont se por huma parte ficasse cheyo de vangloria, por outra teria enveja ao seu tradutor”; outra para o seu contemporâneo José Freire de Montarroio Mascarenhas, a quem pedira que fizesse uma cuidada revisão do *Rei de Armas Instruido*, por entender, como declarava expressamente, que se tratava do maior erudito do seu tempo nas matérias heráldica e genealógica<sup>203</sup>.

A estrutura do *Rei de Armas Instruido* demonstrava perfeitamente o intuito do autor no sentido de restringir a heráldica à sua essência normativa, sob a alçada da autoridade dos oficiais de armas. Com efeito, a primeira metade da obra seguia o esquema clássico, com os seguintes capítulos: Origem e definição de nobreza; Escudo e brasão de armas e sua antiguidade; Diversas formas do brasão do nome com que são conhecidos; Peças de que se forma o brasão; Dos metais e cores que se permitem na armaria; Algumas regras de armaria. A partir deste ponto, porém, o rumo alterava-se, tornando-se muito mais preciso: Reis de armas e sua antiguidade; Do princípio que em Portugal tiveram os reis de armas; Nova forma que elrei D. Manuel lhes deu; Catálogo dos reis de armas Portugal até o presente; Regimento dos reis de armas Portugal, que deu D. Afonso V; Como se passa o brasão, e perante quem se justifica; Brasões passados a algumas pessoas desde o ano 1438 até 1655.

Ao longo da obra, o autor procurou valorizar o contributo que os sucessivos detentores do cargo de rei de armas Portugal haviam dado para o uso correcto da armaria<sup>204</sup>. Pedro de Sousa não deixou de assinalar que a nobreza titular deveria diferenciar as suas armas, ao invés da prática habitual, que era a de usar as armas da respectiva estirpe, sem qualquer diferença: “Diviam as Cazas separarse nos Escudos para serem conhecidas no Reyno e fora delle”. Procurava, assim, que a autoridade heráldica do Juízo da Nobreza se estendesse ao escalão superior da fidalguia. Tal como sucedera com Francisco Coelho, também Pedro de Sousa pretendia dar a sua obra à estampa, como declarava no prólogo e como provam os desenhos prontos para servirem de modelo para as respectivas gravuras, disseminados ao longo do códice. Não o movia apenas um eventual interesse

<sup>203</sup> O contributo de José Freire de Monterroio Mascarenhas parece ter sido particularmente importante na segunda parte da obra, que constituía um armorial das famílias portuguesas, com a respectiva memória genealógica, estando consignados no códice intitulado *Anotações, ou advertencias sobre o livro intitulado Rey de armas instruido*, DGA/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1652.

<sup>204</sup> Pedro de Sousa arrola 14 reis de armas Portugal. Diz bem de todos, mas a sua predilecção vai claramente para António Coelho e para o seu filho Francisco Coelho, de quem refere com orgulho: “Foy Antonio Coelho cincoenta annos Rey de Armas; foy muito pratico na Arte de Blazonar Escudos de Armas; e foy Pay de Francisco Coelho Mendes Rey de Armas India bem conhecido por seus escritos, e pela emenda que fes na Nobiliarchia Portugueza, onde lhe assina mais erros do que escudos em que falla.” Quando não possui referências notáveis, Pedro de Sousa usa formas mais lacónicas: assim, ao tratar de António de Aguiar, declara simplesmente: “com opiniam de que soube exercitar o seu officio de Juis da Nobreza”; ou, sobre Manuel Leal: “foy Rey de Armas Portugal, sem que houvesse queixa no tempo que o exercitou”.

pessoal, mas antes um objectivo comum à corporação a que pertencia, pois “em todo o tempo houve em Portugal Reys de Armas bem instruidos na Sciencia Heraldica, e que os escritos de todos os Outros se perderiam por nam serem depositados na impressam aonde se conservam estas memorias, com largos seculos de duraçam.” Mais uma vez, porém, a obra permaneceu manuscrita.

Pedro de Sousa foi o derradeiro rei de armas a tentar impor a sua autoridade além das meras prerrogativas administrativas, isto é, pela redacção e projectada publicação de uma obra de referência em que se juntava um tratado de brasão com um armorial da nobreza de Portugal. Todavia, tal projecto não findou com ele, sendo retomado por dois eclesiásticos que desempenharam, ao longo do século XVIII, um papel novo no seio da organização heráldica portuguesa. Desde o princípio da centúria, Manuel da Silva Leal, rei de armas Portugal, havia sido auxiliado no desempenho das suas funções por frei José da Cruz, responsável pela escrita e iluminura das cartas de armas. Ora, este frade paulista solicitou ao rei, em 1722, a sua nomeação para o lugar de reformador do Cartório da Nobreza, alegando o trabalho até então realizado, os conhecimentos adquiridos, a desordem que grassava no dito cartório, e ainda o facto de ter coligido um livro de registo das armas da fidalguia portuguesa. Na petição apresentada, frei José da Cruz comprometia-se a compilar e iluminar um códice que contivesse as armas concedidas a todos os fidalgos do reino, a redigir um outro livro que servisse de manual para os oficiais de armas, a manter o registo das cartas de armas e a pôr por ordem as justificações de nobreza conservadas no arquivo do Cartório da Nobreza<sup>205</sup>. Com o acordo quer do rei de armas Portugal, quer do escrivão da nobreza, o clérigo obteve despacho favorável logo a 9 de Junho de 1722 e manteve-se no cargo até à sua morte, em 1744, sendo então substituído pelo seu correlegionário frei Manuel de Santo António e Silva. Este, por sua vez, exerceu tais funções por quase meio século, uma vez que só veio a falecer em 1790, e, não tendo a habilidade manual do seu predecessor, foi auxiliado por um “ajudante dos brasões” (ou seja, um técnico que escrevia e iluminava as cartas de armas bem como os códices) chamado Luís António Xavier Giraldes. Tanto os dois reformadores como o ajudante envidaram esforços para a realização das almejadas obras – tratado de brasão e armorial –, para as quais Pedro de Sousa trabalhava em simultâneo.

Com efeito, subsistem diversas cópias de armoriais coligidos pelos dois reformadores, códices geralmente intitulados, veja-se bem, *Thezouro da Nobreza*<sup>206</sup>, bem como manuais do brasão como aquele que foi encadernado em conjunto, precisamente, com uma cópia do *Rei de Armas Instruido*<sup>207</sup>. Frei Manuel

<sup>205</sup> FERROS, Luís, “Breve panorama da evolução da Heráldica de Família em Portugal (séculos XII-XX)”, in *Comunicaciones al XV Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heraldica. Madrid 19-26 - IX - 1982*, Madrid: Instituto Salazar y Castro, 1983, tomo II, pp. 41-74, pp. 67-68.

<sup>206</sup> SILVA, Frei Manoel de Santo Antonio e, *Thezouro da Nobreza de Portugal*, BMS 19/7/4 e DGA/TT, Cód. 44.

<sup>207</sup> SOUSA, Pedro de, *Rei de Armas Instruido*, DGA/TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 1014, a fls. 81-89v, traz um apêndice com a apresentação: “Este Apendis he tirado Da nova Arte Heraldica do P.º F.º M.º de S. An.to”.

de Santo António e Silva não chegou a editar nenhum dos seus trabalhos, mas o seu “ajudante dos brasões” não deixou de dar continuidade às obras assim compiladas. Logo em 1790, deu por findo o códice *Escudos de Armas de todas as Famílias de Portugal*, ainda elaborado em parceria com o reformador do Cartório da Nobreza<sup>208</sup>. Nove anos mais tarde, Luís António Xavier Giraldes apresentava ao secretário de Estado José de Seabra e Silva um novo códice que, de certa maneira, vinha fechar o ciclo aberto com os projectos seiscentistas de Manuel Teixeira.

Na verdade, esta última versão do *Thezouro da Nobreza* representava o somatório do amplo trabalho de investigação e de erudição acumulado ao longo do Antigo Regime pelos reis de armas e reformadores do Cartório da Nobreza. No prólogo, o autor procedia sistematicamente, dando a definição de heráldica<sup>209</sup>, estudando a respectiva etimologia, origem e história, e apontando abertamente a função política que ela tinha para a Coroa:

“E a Heraldica alem de elevar as pessoas de merecimento á classe dos Nobres, fas, por assim dizer, huma parte do patrimonio dos Principes: pois com os Brazoens remunerão muitos serviços dignos de Tença, e Commendas, e de outros bens necessarios para a sua opulencia.”<sup>210</sup>

Revelando vasta erudição e retomando por vezes textualmente partes de obras anteriores, da autoria de reis de armas, o autor traçava em seguida um panorama da heráldica em Portugal, desde o século XII até à sua época. Como era de esperar, dedicava particular atenção aos momentos considerados determinantes para a instituição dos oficiais de armas: os reinados de D. João I, D. Afonso V e D. Manuel I. Referindo-se às reformas manuelinas, especificava que este monarca ordenara aos reis de armas

“que tivessem Livros de todos os Escudos, e que fossem peritos na Arte, e preceitos, que se devem observar na composição, e repartição dos mesmos Escudos; e para que em todo o tempo houvessem homens capazes de exercitarem estes Empregos, mandou, que se instruissem huns aos outros, e que tivessem Livros, em que escrevessem os nomes das Pessoas Nobres, as mulheres, com quem cazassem, e os filhos que lhes nacesem; para se lhe passarem as Arvores de Geração, quando as pedissem; cuja providencia foi admiravel; e se desde então se observasse, não haveria tantos erros na Historia das Familias Nacionaes, tantas Armas inventadas, e

<sup>208</sup> SILVA, Frei Manoel de Santo Antonio e; GIRALDES, Luiz Antonio Xavier, *Escudos de Armas de todas as Famílias de Portugal*, BMS F 8 - A, 31/6/2.

<sup>209</sup> “O Brazão, ou Heraldica em Latim, hê a Sciencia de conhecer, definir, e explicar toda a qualidade de Armas em termos próprios, e particulares. E Armas são certos signaes honoríficos, explicados por cores, e figuras diversas, para distinguir as Familias, as Cidades, Provincias e Naçoens.” SILVA, Frei Manoel de Santo Antonio e; GIRALDES, Luiz Antonio Xavier, *Thezouro da Nobreza das Familias Gentilicias do Reyno de Portugal offercido ao Snr. Joze De Seabra, e Silva, Secretario de Estado dos Negocios do Reyno*, BA 50-V-18, fl. 2v.º.

<sup>210</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 3.



tantos Brazoens mal passados para honra das pessoas, que já mais tiverão motivo para os pedirem: nem tão bem seria percizo recorrer aos curiozos para fazerem as Arvores de Costado de qualquer Familia; porque ao rey de Armas pertencia faze-la.”<sup>211</sup>

O autor apresentava o século XVI como a idade de ouro da heráldica portuguesa, tanto pelas reformas manuelinas, como pelas disposições de D. João III e D. Sebastião, louvando a ciência e a probidade dos que desempenhavam o ofício de armas, nas suas duas vertentes inseparáveis de heráldica e genealogia:

“Foi isto bastante para fazer tão apeteçível a Heraldica, que Ministros da maior graduação lhe estudavão os seus preceitos. O mesmo Rey de Armas, e Escrivão erão tão versados nesta sciencia, qua já mais comettião erro em seus Officios; e por isso podem servir de de texto os Brazoens, que se passarão no seu tempo, assim a respeito da composiçã das Armas, cono da verdade das Familias.”<sup>212</sup>

A partir de então, o autor dava a entender que o ofício havia entrado em decadência com o domínio filipino e o afastamento da corte, e que só com D. Pedro II se tentara inverter tal tendência:

“e exaqui o que se passou athe o anno de 1683, em que governava o Senhor Rey D. Pedro, como Regente do Reyno. E hê certo, que no seu tempo teve hû Rey de Armas digno de maior fortuna, qual foi o erudito Francisco Coelho Cavalleiro da Caza de Sua Magestade, que no anno de 1692 servia de Escrivão da Nobreza do Reyno, e Rey de Armas Algarve, o qual com sciencia, e experiencia da Genealogia, e Heraldica trabalhou com tanto acerto na reforma dos Livros de Armaria, quanta se mostra nas Advertencias, que fes aos Capitulos 23, 24, 25, 26, e 28 da Nobiliarchia Portugueza, em o Thezouro da Nobreza de Portugal, que não chegou a imprimir-se, mas que era digno das melhores Edições.”<sup>213</sup>

Luis António Xavier Giraldes afirmava que D. Pedro II tivera em mente uma reforma geral do Juízo da Nobreza, a qual acabou por não ir para diante por causa da eclosão da Guerra de Sucessão de Espanha, que lhe ocupou totalmente os últimos seis anos de governo, “porem inda mandou reformar as Armas, que estavam pintadas na Sala grande do Palacio de Cintra, reduzindo-as a melhor perfeição; e obraria couzas maravilhozas, se a sua vida fosse mais extensa”. Já quanto ao reinado de D. João V, o autor indicava que até à paz de Utreque este rei não tinha podido ocupar-se da situação da armaria,

“mas logo, que lhe foi possível, escolheo hû Rey de Armas capas de substituir o lugar do sobredito [Francisco Coelho]. Era este Manoel Leal da Silva, que supposto falava melhor, que escrevia, tinha bastante sciencia para conhecer a difficuldade da empreza. E por

<sup>211</sup> IDEM, *Ibidem*, fls. 6-6v.º.

<sup>212</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 6v.º.

<sup>213</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 7.

isso constando-lhe a habilidade do R. P. Fr. Joze da Crus Religiozo Paulista do Convento desta Corte, que nesse tempo hia escrever a Torre do Tombo, e era mui versado nesta Arte, com elle contratou o ajuda-lo na empreza, tomando sobre si o cuidado de fazer hũ novo Livro dos Escudos das Armas, e huma boa Arte dos preceitos, para os Reys de Armas, o Officiaes da Nobreza aprenderem o necessario, e como o seu nome era conhecido no Paço; houve Sua Magestade por bem nomealo Reformador do Cartorio da Nobreza do Reyno por huma Provizão Regia, em que authorizava as suas letras, e talento: daqui rezultou começar logo a trabalhar com tanta felicidade, que a não faltar-lhe a vida, acabaria com perfeição a dita obra; pois alem de acrecentar no Livro muitos Escudos ignorados, deixou hum bom principio desta Arte, que agora dou a luz. Passarão-se no seu tempo admiraveis Brazões, tanto na verdade da Historia das Familias, como na perfeição, e acerto dos Escudos, e ornatos, de quem os illuminava. Há quem diga mal deste Religiozo, mas sem razão; porque era sabio, e lhe devemos muito [...]”<sup>214</sup>

Viam-se, assim, explicadas as circunstâncias da nomeação do primeiro reformador do Cartório da Nobreza, e declarado que a obra apresentada em 1799 tinha, na verdade, sido principiada por ele. Mas o contributo do seu sucessor neste cargo não era menor, pois ficava-se a saber que frei Manuel de Santo António e Silva laborara doze anos como ajudante do primeiro reformador. Por isso, quando sucedera àquele, em 1744, já possuía lata experiência da matéria. Luís António Xavier Giraldes apontava, contudo, que os dilatados anos em que este religioso exerceu o seu ofício (1744-1790) não haviam sido isentos de dificuldades, decorrentes do conflito institucional que se abria na sequência da tentativa de um rei de armas Portugal para retomar as funções que então estavam atribuídas ao reformador<sup>215</sup>. Assim se explicava o facto de frei Manuel de Santo António e Silva não ter chegado a completar o trabalho do seu antecessor, e ter contratado um “ajudante dos brasões”:

“Entre estas, e outras tribulações, que lhe occuparão muito tempo acabou a Arte, que o seu Antecessor havia principiado, e

<sup>214</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 7v.º.

<sup>215</sup> Segundo o autor, frei Manuel de Santo António e Silva padeceu virulentos ataques, “principalmente no anno de 1761, e 1762, em que o Rey de Armas Portugal Luiz Rodrigues Cardoso, e seu Escrivão Rodrigo Ribeiro da Costa conspirando-se contra elle o privarão de lavar os Braçoens, sem attender ao caracter deste religioso, nem a posse de tantos annos, transferida pelo seu Antecessor. E como houve queixas de parte a parte, que chegarão a Presença do senhor Rey D. Joze, mandando-se informar do conteudo, foi servido rezolver por huma nova Provizão de 12 de Novembro do dito anno, que o sobredito Padre fosse restituído a sua posse, e notificados os perturbadores em 24 de Janeiro de 1763 pelo Corregedor do Civel Caetano Pereira de Castro Padrão, para observarem a dita Provisão com pena de suspensão de seus Officios: o que não obstante, se-atreverão a requerer de novo contra o mesmo Religiozo com manifesta injuria da sua probidade, e inteireza; e comettendo Sua Magestade tudo ao Dezembargador do Paço para consultar, e rezolver, foi desprezado o Requirimento por Despacho de 20 de Novembro do mesmo anno, e o Padre authorizado para continuar com o seu exercicio, por se-manifestar a sua innocencia, e conhecer a impostura, com que o macularão.” IDEM, *Ibidem*, fl. 8.

passou muitos Braçoens dos quaes os primeiros sendo exactos no texto, não erão os mais perfectos na letra, e pintura; porque o dito Religiozo ignorava o desenho, e composição das cores: por isso constando-lhe a minha fraca habilidade; me-convidou para seu official dos Brazões, e no espaço de 30 annos, que exercitei este emprego, adquiri luzes para acrecentar algumas couzas, e emendar outras, que lhe-escaparão: porem hé certo que a Nação lhe-deve muito, pois no seu tempo trabalhou com zelo igual aos seus estudos; e assim aperfeçoou, e augmentou consideravelmente o dito Livro dos Escudos, em que trabalhei muito, e delle tirei duas copias illuminadas, huma para a Livraria do seu Convento; e outra para o uso do actual Escrivão da Nobreza [...].”<sup>216</sup>

Ficava assim definido o códice apresentado em 1799 como fruto do labor sequencial e conjunto dos dois reformadores e do ajudante. Concluía este, vincando a utilidade do trabalho, a que não seria absolutamente alheia a ideia de poder vir a obter nomeação para o cargo de reformador, e a necessidade de lhe dar a devida divulgação por meio da impressão:

“Esta hé tãobem a cauza, por que me-delibirei a publicar semelhante obra, na qual o maior trabalho hé do Sobredito Religiozo: e para que o tempo não consuma a sua memoria, pareceo-me justo declarálo assim, não obstante ter eu gasto algum em reformala de outras coizas arbitrarias; e para o fazer com mais acerto, consultei os sabios e li muitas Memorias, e Documentos [...]. Por isso espero, que o publico reconheça o meu trabalho tão util para a sua instrução, como para emenda de erros, que frequentemente se-estão praticando nesta Arte, e nos dois tomos dos Brazões, e Armas Antigas, e Modernas da principal Nobreza do Reyno, que se-lhe seguem. Estimarei pois, que huma nova Edição publicada pelo melhor sabio eternize a fama daquelle Religiozo; pois tendo principiado como seu Discipulo, lhe-vi acabar a vida como seu Ajudante, deixando-me tão saudoza memoria das suas virtudes, e talentos, que me-vi obrigado a publicalos pello modo, que me foi possivel.”<sup>217</sup>

Nem assim foi a obra dada à estampa! Terminava pois ingloriamente, com o *Thezouro da Nobreza* de 1799, a saga iniciada no século XVII com os magnos projectos dos reis de armas Manuel Teixeira, António e Francisco Coelho, perpetuados na centúria seguinte pelo rei de armas Pedro de Sousa e pelos reformadores frei José da Cruz e frei Manuel de Santo António e Silva.

Em todos os textos heráldicos produzidos pelos oficiais de armas ao longo do Antigo Regime perpassa a importância da noção da justiça, apresentada como a própria origem das armas: estas servem para identificar e recompensar os cavaleiros mais valorosos. Ora, a responsabilidade de avaliação do valor cabia, precisamente, aos oficiais de armas. E as armas destinavam-se a premiar,

<sup>216</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 8.

<sup>217</sup> IDEM, *Ibidem*, fls. 8-8v.º.

relembrar, fixar os méritos de uma pessoa, segundo o critério inelutável da verdade e da justiça. Assim se justificavam as origens míticas do ofício de armas, traços comuns de todos os tratados repertoriados: a criação dos doze primeiros arautos por Júlio César ligava-se simbolicamente aos doze apóstolos encarregados de transmitir a Boa Nova. Os antecessores simbólicos dos arautos eram, aliás, os próprios anjos, considerados como mensageiros de Deus e colocados sob a autoridade do seu rei, o arcanjo São Miguel. De igual modo, o formato das cotas de armas, usadas por estes oficiais como insígnia para o desempenho das suas funções, lembrava o das túnicas envergadas pelos diáconos para a leitura dos Evangelhos, ou seja, da Verdade. Deste modo, armoriais e tratados saídos das penas dos oficiais de armas eram apresentados como duas facetas do cumprimento da missão suprema que lhes fora cometida, servindo como obras de referência e de testemunho para identificação dos melhores, mas também para corrigir os usos indevidos e as usurpações. Como assinala Claire Boudreau, a suma função de um armorial consistia em proteger a antiguidade do nome e a pureza da linhagem contra as usurpações falaciosas que pudessem atrair a nobre verdade de uma ascendência remota; e os manuais de heráldica tinham objectivos similares: por eles se pretendia ensinar a verdadeira e vetusta ciência dos arautos, único recurso legítimo para se alcançar a destreza entre as armas falsas e as verdadeiras. Sobretudo pelo viés da etimologia, os autores de tratados procuravam a verdade original contida no nome de cada coisa. A simbólica das cores, dos móveis, dos animais servia para fixar, para reconhecer e para classificar de forma apropriada o grau de nobreza das armas<sup>218</sup>.

O entendimento da heráldica como uma *emblemática honorífica* constitui a chave para a compreensão quer do seu papel na sociedade do Antigo Regime, quer da sua inserção na produção cultural coeva. Quando se considera a emulação existente entre os profissionais e os laicos, isto é, entre os oficiais de armas e os que o não são, deve procurar-se a causa desta rivalidade na própria ideia de que a heráldica servia para construir e conservar a memória genealógica das estirpes nobres, mas também de todos os demais indivíduos e de todas as demais instituições que recorriam a um brasão para sua identificação.

Na verdade, as armas passaram a exprimir, antes de mais, a origem do indivíduo ou da instituição que as ostentava; e, por decorrência lógica, passaram a indicar o lugar que o seu detentor ocupava ou devia ocupar no seio da sociedade. Os textos heráldicos formavam o repositório dessa memória: nos armoriais compilavam-se as armas e registavam-se os feitos que lhes haviam dado origem; nos tratados, consignavam-se os preceitos pelos quais estas logravam formar um conjunto compreensível e, tendencialmente, um sistema dotado de escalas hierárquicas. Destas funções derivava a associação íntima da heráldica à genealogia e à nobiliarquia: aquela permitia reconhecer as linhagens, esta fixava o papel que a cada uma cabia na ordem estabelecida.

À luz desta realidade, a tensão entre oficiais de armas e laicos, tão fortemente patente na produção de textos heráldicos no Antigo Regime, remete para uma

<sup>218</sup> Cfr. BOUDREAU, Claire, *op. cit.*, pp. 388-389.

problemática mais vasta: a do papel da Coroa e dos outros agentes sociais na construção da memória colectiva. Dir-se-ia que os sucessivos esforços envidados pela Coroa para implantar uma autoridade exclusiva em matéria heráldica se relacionam com a determinação de elaborar uma memória colectiva unificada, controlada ou controlável pelo poder político central. Mas tal tentativa acabou por se diluir na multiplicidade de iniciativas alheias à autoridade instituída: por via da produção de textos heráldicos autónomos, desligados da autoridade dos oficiais de armas (às vezes mesmo opostos a ela), diversos agentes sociais fizeram valer o que consideravam a verdadeira origem das armas e do saber heráldico. Ao fazê-lo, tais autores defendiam, conseqüentemente, uma determinada noção de ordem política e social. Para aprofundar esta análise, dever-se-ia definir o enquadramento social dos autores de textos heráldicos arrolados, comparando os seus pontos de vista e procurando estabelecer as diversas escalas hierárquicas propostas.

Nas obras escritas no Antigo Regime, a heráldica funcionava pois como emblemática honorífica ou, conforme uma expressão da época, *ciência heróica*. As armas constituíam, aos olhos dos contemporâneos, um código que fornecia indicações acerca das origens e do papel das entidades representadas, permitindo compreender o papel que cada uma delas desempenhava, ou pretendia desempenhar, no passado e no presente, para a construção do edifício comum da monarquia portuguesa.